

INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO SUPERIOR: a experiência do Estado da Bahia com a atividade universitária.

VOLUME II

PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO GEO-POLÍTICA-ECONÔMICA-UNIVERSITÁRIA PARA O ESTADO DA BAHIA.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

Proposta apresentada à *Facultad de Ciencias Políticas, Jurídicas y Económicas da Universidad del Museo Social Argentino - UMSA*, em decorrência da tese – Investimento em Educação Superior: a experiência do Estado da Bahia com a atividade universitária.

SALVADOR
Estado da Bahia – Brasil
Dezembro - 2000

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	IV
LISTA DE QUADROS	V
PARTE I	1
1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVO	4
3. JUSTIFICATIVA	5
4. METODOLOGIA	8
PARTE II	10
CAPÍTULO I: MODELO, SISTEMA, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO	10
1.1 Modelo	10
1.2 Sistema	11
1.3 Estrutura	11
1.4 Funcionamento	15
1.5 Diretrizes Gerais	16
1.6 Organogramas	20
1.6.1 Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade “A”	21
1.6.2 Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade “B”	22
1.6.3 Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade “C”	23
1.6.4 Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade “D”	24
1.6.5 Organograma Padrão da Administração Setorial das Universidades	25
1.6.6 Organograma do <i>Campus</i> Especial da Universidade “B” – Sítio Histórico/Canudos	26
1.7 Quadro de Cargos de Direção e Assessoramento das Universidades - Proposta	27
CAPÍTULO II: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS UNIVERSIDADES SEGUNDO AS REGIÕES BAIANAS	29
2.1 Distribuição Espacial	30
CAPÍTULO III: ESPACIALIZAÇÃO ECONÔMICO-EDUCACIONAL- SUPERIOR DA BAHIA	31
3.1 Áreas de Influência Econômica das Redes Urbanas do Estado da Bahia	31
3.2 Manchas Econômicas	34
CAPÍTULO IV: REORGANIZAÇÃO GEO-POLÍTICA-ECONÔMICA- UNIVERSITÁRIA	38
4.1 Universidade “A”	38
4.1.1 Abrangência Geo-Educacional - Especificidade	38
4.1.2 Municípios do Polo Universitário	40
4.1.3 <i>Campi</i> Iniciais Propostos	43
4.1.4 Mapa da Universidade	45
4.2 Universidade “B”	46
4.2.1 Abrangência Geo-Educacional - Especificidade	46
4.2.2 Municípios do Polo Universitário	48
4.2.3 <i>Campi</i> Iniciais Propostos	51
4.2.4 Mapa da Universidade	52

4.3	Universidade “C”	53
4.3.1	Abrangência Geo-Educacional - Especificidade	53
4.3.2	Municípios do Polo Universitário	55
4.3.3	<i>Campi</i> Iniciais Propostos	60
4.3.4	Mapa da Universidade	61
4.4	Universidade “D”	62
4.4.1	Abrangência Geo-Educacional - Especificidade	62
4.4.2	Municípios do Pólo Universitário	64
4.4.3	<i>Campi</i> Iniciais Propostos	65
4.4.4	Mapa da Universidade	67
4.5	Configuração das Universidades Segundo Fatores Geo-Político-Econômico-Social	68
4.5.1	Universidade “A”	69
4.5.2	Universidade “B”	73
4.5.3	Universidade “C”	77
4.5.4	Universidade “D”	83
	CONCLUSÃO	85
	APÊNDICE	88
	I Mapa Geo-Político-Econômico-Universitário do Estado da Bahia - Proposto	88
	ANEXOS	89
	I Mapa Geo-Político-Econômico-Universitário do Estado da Bahia -Atual	89
	II Mapa Geo-Político-Econômico-Universitário do Estado da Bahia, incluindo o Programa Rede UNEB-2000	90
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

LISTA DE FIGURAS

Número

- 01 ORGANOGRAMA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR PARA A UNIVERSIDADE “A”
- 02 ORGANOGRAMA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR PARA A UNIVERSIDADE “B”
- 03 ORGANOGRAMA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR PARA A UNIVERSIDADE “C”
- 04 ORGANOGRAMA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR PARA A UNIVERSIDADE “D”
- 05 ORGANOGRAMA PADRÃO DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DAS UNIVERSIDADES
- 06 ORGANOGRAMA DO *CAMPUS* ESPECIAL DA UNIVERSIDADE “B”
- 07 MAPA DA UNIVERSIDADE “A”
- 08 MAPA DA UNIVERSIDADE “B”
- 09 MAPA DA UNIVERSIDADE “C”
- 10 MAPA DA UNIVERSIDADE “D”
- 11 MAPA GEO-POLÍTICO-ECONÔMICO-UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DA BAHIA - PROPOSTO
- 12 MAPA GEO-POLÍTICO-ECONÔMICO-UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DA BAHIA - SITUAÇÃO ATUAL
- 13 MAPA GEO-POLÍTICO-ECONÔMICO-UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DA BAHIA - SITUAÇÃO ATUAL, INCLUINDO O PROGRAMA REDE UNEB-2000

LISTA DE QUADROS

Número

- 01 CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO DAS UNIVERSIDADES - PROPOSTA
- 02 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL
- 03 CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR NÍVEL ECONÔMICO, SEGUNDO A SEI/SEP
- 04 CONFIGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE “A” SEGUNDO FATORES GEO-POLÍTICO-ECONÔMICO-SOCIAL
- 05 CONFIGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE “B” SEGUNDO FATORES GEO-POLÍTICO-ECONÔMICO-SOCIAL
- 06 CONFIGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE “C” SEGUNDO FATORES GEO-POLÍTICO-ECONÔMICO-SOCIAL
- 07 CONFIGURAÇÃO DA UNIVERSIDADE “D” SEGUNDO FATORES GEO-POLÍTICO-ECONÔMICO-SOCIAL

PARTE I

1. INTRODUÇÃO

A Universidade não é apenas, por excelência, o *locus* da produção do saber e difusão do conhecimento, embora essa identidade já seja suficientemente nobre para justificar sua existência e conferir-lhe legitimidade. É também um ator social pleno e, em alguns casos, repleto de responsabilidades inesperadas. Nas regiões onde o espaço econômico ainda não está organizado, a universidade é também um agente de propulsão do desenvolvimento, desempenhando o papel simultâneo de eixo dinâmico e criador de novos dinamismos econômicos, sociais, culturais e políticos.

A grande maioria das universidades públicas, federais ou estaduais, cresceu ao ritmo das conjunturas externas e das tramas políticas internas, de forma relativamente desorganizada, denotando uma clara ausência de planejamento. Geralmente, a transformação de universidades pequenas ou médias em grandes, ocorreu sob a desorganização institucional e gerencial.

Os atuais cenários internacional, nacional e estadual têm, no entanto, apresentado novos condicionantes e desafios, entre os quais a escassez das finanças públicas, o estímulo às privatizações de órgãos públicos, a concorrência de mercado e a política de fomento voltada exclusivamente para as “ilhas de excelência”, ameaçando a existência ou o crescimento das unidades estatais que ocupam a base do sistema nacional de ensino superior público.

O mundo conhece, a partir dos anos 50, mas sobretudo após os anos 80, uma nova fase de capitalismo global. De forma simplificada essa fase está baseada em uma revolução científico-tecnológica que enfatiza o valor da informação e do conhecimento na reestruturação da economia e do mundo do trabalho, na concentração de capital e financeirização das riquezas, no crescimento da produtividade e na adoção de novas tecnologias, com redução dos custos de produção. Nova fase do desenvolvimento mundial, sustentada também no encurtamento das distâncias e no aumento do volume e rapidez das comunicações e transportes, na redefinição do papel dos Estados e das soberanias nacionais, na criação de uma cultura internacional-popular e, finalmente, no ressurgimento dos processos de desigualdades sociais, com o aumento considerável dos grupos humanos excluídos, tanto em âmbito internacional quanto no intranacional.

Do ponto de vista das Instituições de Ensino Superior do Estado da Bahia, interessam, sobretudo, os desafios que decorrem da revolução técnico-científica, e particularmente, suas repercussões na reestruturação do mundo do trabalho e modo de vida, e na ênfase das atividades de conhecimento e informação, incluindo a área específica de educação.

Não basta o porquê e o como produzir, saber e difundir conhecimentos para enfrentar os desafios. A questão passa também pela revisão de modelos, sistemas, estruturas e funcionamento das Universidades. A Bahia, que mantém quatro Instituições de Ensino Superior – IES, com perfis diferenciados e espacialização não-planejada, necessita reorganizar essas universidades de forma geo-político-econômica-sócio-educacional, modificando suas estruturas, para sintonizar-se com a problemática regional, na articulação de suas ações de ensino, pesquisa e extensão. A tudo isso soma-se o compromisso com a qualidade de suas propostas e serviços, a eficiência de seus resultados, a tolerância e ousadia para instituir práticas acadêmicas de rupturas e vanguardas que apontem para a superação dos desafios sociais referentes à atuação de uma entidade de ensino superior.

Educação Superior, no Brasil, é competência supletiva para os Estados, segundo a Constituição Nacional, porém como o Governo Federal apenas mantém uma Universidade na Bahia, situada na Capital e uma Faculdade em um município do interior do Estado (Cruz das Almas), restou ao Governo Estadual disseminar a educação de 3º grau para atender à grande demanda dos seus 417 (quatrocentos e dezessete) municípios.

Esta proposta de reorganização das Universidades mantidas pelo Estado apresenta uma solução que conjuga fatores de estrutura organizacional com aspectos geo-educacionais, podendo contribuir para a expansão da demanda social, promovendo a efetividade do desenvolvimento das regiões, de forma harmônica e planejada.

A proposta que segue está inspirada na busca da agilidade gerencial, de uma estrutura administrativa contemporânea, de uma espacialidade que reúne especificidades regionais, favorecendo a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade do saber, reconhecendo que todo conhecimento tem que ser guiado para o encontro da justiça social, o que só pode ser obtido se a produção e a transmissão do conhecimento estiverem compromissadas com a solidariedade e a recusa da exclusão social. A produção do saber se faz melhor no prazer de conhecer, no prazer estético da produção do belo, da invenção do novo. A dimensão estética é fundamental ao desenvolvimento do homem. A pura geração do conhecimento é um objetivo em si, e não está

dissociada da beleza. Sozinha, ela seria suficiente para justificar a atividade acadêmica.

Reorganizar as Universidades Estaduais implica, entre outras coisas, assumir desafios locais, regionais, do Estado como um todo, com implicações nacionais e internacionais, preparando-as, administrativa e academicamente, para responder aos problemas de forma eficiente. Ousar transformá-las, com a rapidez que os novos tempos exigem, porém mudar de forma planejada, organizada solidariamente e, sobretudo, sem negar os princípios da luta pela democratização do ensino e do saber para toda a população. Se os recursos do tesouro são parcos, que se busquem fontes alternativas, porém mantendo sempre a educação pública, gratuita e de qualidade, inclusive a de terceiro grau.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

2. OBJETIVO

Propor a reorganização geo-política-econômica-universitária do Estado da Bahia, transformando as quatro universidades mantidas pelo tesouro estadual em modelo *multicampi*, concebidas sob o sistema binário, estruturadas de forma descentralizada, com pólos universitários organizados a partir das características regionais.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

3. JUSTIFICATIVA

Segundo ROESCH, justificar uma proposta é “apresentar razões para a sua própria existência “ (1996:91). Para a autora, uma proposta ou um projeto tem que estar justificado através de sua **importância, oportunidade e viabilidade**.

Provado o resultado social positivo do investimento aplicado pelo Estado da Bahia nas suas IES, conforme resultado da investigação científica, volume I, procurou-se complementar o estudo, vez que um dos objetivos específicos da tese anunciava a apresentação de uma proposta de reorganização geo-educacional.

A presente proposta é importante, oportuna e viável, ao criar pólos universitários, planejando o espaço territorial do Estado segundo aspectos geopolíticos, populacionais, educacionais, e econômico-sociais, eliminando-se distorções espaciais, favorecendo a expansão da educação superior em bases quantitativa e qualitativa.

Por outro lado, o que se propõe é a otimização de recursos, na medida em que padroniza modelo, sistema, estrutura e funcionamento das Instituições de Ensino Superior, possibilitando melhoria nos controles internos, além de descentralização acadêmico-administrativa.

Como estão sendo concebidas, as Universidades serão mais eficientes, diminuindo o número de cargos de provimento temporário, as chamadas funções de confiança, a exemplo do cargo de Vice-Reitor, reduzindo o custeio do Estado, sem comprometer a continuidade e qualidade dos serviços. A opção por Centros de Educação Superior ou Institutos de Educação Superior, como Unidades Universitárias, ao invés de Departamentos, funde órgãos em localidades com mais de um Departamento, conseqüentemente reduzindo despesas.

A adoção da estrutura descentralizada possibilita eficácia, efetividade e celeridade dos seus procedimentos. Cada Centro ou Instituto funcionando como uma unidade gestora, tem autonomia acadêmica, orçamentária, administrativa, financeira e patrimonial, em consonância com as políticas e diretrizes da Administração Superior da Instituição. Dessa forma, há níveis de competência local, disciplinados pelos institutos legais da organização universitária. Nos limites de sua competência, o Dirigente local não depende de autorização para tomada de decisões.

A delimitação de pólos universitários, favorece a expansão física de maneira organizada, planejada, no território estadual. Cada município do Estado tem sua vinculação geo-educacional. Quando a comunidade desse município demandar educação superior, saberá, previamente, qual a Universidade a que estará vinculado. O Estado da Bahia, com os seus 417 municípios, segundo a presente proposta, ficará dividido em quatro pólos universitários: Universidade “A”, com sede em **Feira de Santana**; Universidade “B”, sediada no município de **Salvador**; Universidade “C”, matriz na cidade de **Vitória da Conquista** e Universidade “D”, sede em **Barreiras**, padronizados no modelo *multicampi*, com sistema binário e estrutura organizacional descentralizada. A personalidade jurídica das Instituições permanecerá sob a forma de autarquia de direito público.

Ressalte-se, também, a dimensão social da universidade multicampi, que ultrapassa o espaço administrativo em que está sediada. Observe-se que ela se compõe de Instituições localizadas em meios geo-econômico-administrativos os mais diversos, exigindo uma série de motivações e de soluções para seus problemas.

A universidade, como fonte de conhecimentos e de ampliação da ciência, através da pesquisa e da extensão tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das comunidades por ela influenciadas, a fim de que não haja descompasso entre a realidade e os serviços/cursos oferecidos.

A visualização dessas ofertas deve ser um indicador das necessidades sociais, tanto locais quanto regionais, onde as partes se integram, beneficiando-se da totalização, enquanto esta se enriquece com as partes.

Como proceder para que não haja hiatos e assincronias?

Reflita-se: Segundo as Nações Unidas (1998:56), os “*proxies*” para o Índice do Desenvolvimento Humano, são:

- Esperança de vida ao nascer – *proxy* da longevidade
- Escolaridade – *proxy* do conhecimento
- Renda per capita – *proxy* para níveis decentes de vida.

No nordeste – NE, na Bahia, fazendo-se um “*cross section*” (corte no tempo), as estatísticas sociais e econômicas são amplamente desfavoráveis quando cotejadas com estados e regiões mais desenvolvidas.

Impõe-se, por isso, uma correção de rumos e de estratégias, sem descontinuidade da política de promoção do desenvolvimento regional. A

Universidade assim procede, através da pesquisa e da extensão, sendo esta o meio pelo qual mais fácil e rapidamente detecta-se a realidade, satisfazendo as demandas adequadas.

A região pode transformar-se economicamente pelas ações educacionais, se houver concentração de recursos disponíveis. Preparar-se o cientista será, desse modo, tão importante quanto descobrir a utilização das fontes de matéria-prima.

Entretanto, para otimização dos serviços universitários relativos à “alta cultura”, sem que tal fato contribua para maior elitização, mas visando exatamente o oposto – a deselitização do ensino, não se pode esquecer que a dinâmica do papel essencialmente criador da universidade exige uma política institucional que atenda aos anseios de seus recursos humanos, à criteriosa aplicação dos recursos financeiros, à adequação desses recursos às prioridades detectadas e os meios que permitam tornar a programação – fase abstrata, em realização – a ação concreta finalística.

Acredita-se que a proposta, incorporando aspectos sociais e econômicos, possibilite o progresso de áreas do *hinterland* baiano, ainda hoje carentes de desenvolvimento não espasmódico, mas real, contínuo, com a elevação dos níveis de vida preconizados pela UNESCO (1998:76).

4. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para a elaboração da proposta em foco guardam estreita relação com a metodologia adotada na tese - Investimento em Educação Superior: a experiência com a atividade universitária, de que trata o volume I.

Comprovado o resultado social positivo do investimento em Educação Superior, pelo Estado da Bahia, sob a ótica social, passou-se à elaboração da proposta de reorganização geo-política-econômica-universitária, para atender a um dos objetivos específicos da investigação científica.

Contribuíram para a adoção do modelo, sistema, estrutura, funcionamento e espacialidade das quatro universidades ora propostos, o seguinte:

- análise do referencial teórico, constante dos capítulos VI ao IX, do volume I;
- resultados da percepção dos representantes das comunidades locais – capítulo X, volume I;
- resultados da percepção dos representantes das comunidades acadêmicas – capítulo X, volume I;
- resultados da percepção do representante do governo – capítulo X, volume I;
- análise dos relatórios gerenciais das quatro universidades, expedidos em 1998 – capítulo X, volume I;
- aplicação dos recursos alocados para as quatro Instituições, pelo Estado da Bahia – capítulo VII, volume I;
- experiência do pesquisador, atuando como professor e ocupante de cargos administrativos e acadêmicos em Universidade Pública Estadual estruturada sob a forma *multicampi* – *curriculum vitae*, volume I;
- experiência do autor como professor de Instituição de Ensino Superior privada, com características *unicampi* – *curriculum vitae*, volume I;
- experiência do pesquisador como consultor e docente de Instituição de Ensino Superior, de personalidade jurídica de direito privado, em fase de transformação em Universidade composta por *campi universitários*. (Capital e interior do Estado da Bahia), *curriculum vitae*, volume I.

Com as informações, dados e experiência acumulada, foi elaborada a proposta, arquitetando-se uma Universidade que possa atender, de forma harmônica, sistêmica e planejada, às demandas das regiões do Estado da Bahia, contribuindo de forma decisiva na resolução de seus problemas, diagnosticando-os corretamente, inventando soluções criativas e eficientes, preparando quadros capazes de implementá-las. A função social da Universidade não é apenas a geração de novos conhecimentos. A esta agregam-se outras, igualmente nobres: a difusão do saber, a formação profissional e a propagação de novos valores.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

PARTE II

CAPÍTULO I

MODELO, SISTEMA, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS UNIVERSIDADES

1.1 Modelo

O modelo proposto para as IES é *multicampi*. A análise baseada no referencial teórico pesquisado; na experiência do autor, exercendo cargos acadêmicos e administrativos ao longo de 18 anos, em instituição universitária dessa modalidade; nos resultados da percepção dos representantes das comunidades local e acadêmica e do representante do governo, apontaram nessa direção.

O multicampismo é a forma mais apropriada para a criação de universidade com vocação para expansão, em termos de espacialidade. Esse modelo parte de um *campus* central, onde está localizada a Administração Superior, composta dos órgãos deliberativos e executivos, podendo expandir-se no espaço geográfico universitário – pólo. Pode haver tantos *campi* quantos forem necessários para cobrir a área geo-educacional.

Em cada *campus* há um protótipo da Administração Central, com órgãos deliberativos e executivos de menor escala, o que possibilita a ramificação das ações finalísticas e de meio.

Portanto, todas as quatro universidades passarão a ter esse tipo de modelo. Com isso, o Estado da Bahia não mais precisará criar Instituições de Ensino Superior. Será suficiente implantar Unidades Universitárias a partir das demandas geo-educacionais, expandindo a educação de 3º grau com menor dispêndio, pois a base universitária estará fixada e os municípios delimitados através de cada pólo universitário.

1.2 Sistema

De igual modo, os estudos levaram à adoção do sistema binário I, em virtude de ser menos oneroso, menos burocrático, mais célere, vez que exclui um nível de instância decisória – os chamados Departamentos.

Assim, tem-se a Reitoria, como 1º nível hierárquico executivo e os Centros de Educação Superior ou Institutos de Educação Superior, como base – 2º nível decisório. O *campus*, delimitação territorial, localizado no município demandante, abriga as instalações do Centro ou Instituto. Este, com funções finalísticas e de meio, desenvolve pesquisa, ensino e extensão, em conformidade com as carências sócio-econômico-educacionais.

A substituição de Departamentos por Centros ou Institutos possibilitará a criação e implantação de vários cursos, independente da área de conhecimento. Desse modo, um Centro ou Instituto pode ser instalado em determinado município pertencente ao *campus* X, sob à área de influência do pólo universitário (universidade “A”, “B”, “C” ou “D”), com um só curso, em específico ramo do saber .

Todavia, com o passar do tempo, a demanda educacional local poderá apontar a necessidade de criar-se um outro curso de área completamente diversa daquela inicialmente atendida. Para tanto, a Instituição Universitária não precisará instalar outra Unidade Universitária naquela localidade – O Centro, ali criado, poderá absorver a nova procura, pois a denominação “Centro” ou “Instituto” é abrangente, comportando cursos variados.

O diferencial em cada Centro ou Instituto serão os Colegiados de Curso. Para cada curso haverá um Colegiado com função gerencial didático-acadêmica, setorizando as ações daquela oferta, favorecendo a interdisciplinariedade.

Por outro lado, cada Centro ou Instituto poderá formar “Grupos Temáticos”, reunindo docentes por área de saber, objetivando a pesquisa, troca de experiências e difusão do conhecimento.

1.3 Estrutura

Cada Centro ou Instituto funcionará como Unidade Universitária, de estrutura descentralizada. Há descentralização acadêmica, orçamentária, administrativa, financeira e patrimonial. O gestor é o ordenador de despesas e

responde nos limites de sua competência. A estrutura universitária compreende dois planos ou níveis:

Administração Central - *Campus Central*

➤ Órgãos Executivos

. Reitoria

Chefia de Gabinete
 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação
 Pró-Reitoria de Extensão
 Pró-Reitoria de Administração
 Procuradoria Jurídica
 Diretoria de Planejamento e Orçamento
 Auditoria de Controles Internos
 Assessoria Especial para Assuntos Nacionais e Internacionais
 Assessoria Especial para Assuntos Regionais e Internos

. Órgãos Suplementares

Com missão especial, os órgãos suplementares desempenham atividades administrativas e acadêmicas, corroborando para o alcance dos objetivos das IES, tornando as ações mais ágeis, vez que estão diretamente vinculados ao Gabinete da Reitoria, embora mantenham vinculações subsidiárias às Pró-Reitorias. Basicamente, cada Universidade tem os seguintes órgãos:

Editora Universitária
 TV e Rádio Universitários
 Serviço Médico, Odontológico e Social
 Prefeitura dos *Campi*
 Centro de Pesquisas, Estudos e Desenvolvimento Regional
 Superintendência Geral de Cursos

A lista de órgãos suplementares de cada Universidade sofre uma pequena variação, visando atender às peculiaridades locais/regionais do pólo universitário. (Vide organogramas, item 1.6). Todavia, os órgãos supramencionados são comuns às quatro universidades.

➤ Órgãos Deliberativos

- . Conselho Superior Universitário – CONSU
- . Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE
- . Conselho Curador – CONCUR

Administração Setorial – *Campus Local*

➤ Órgãos Executivos:

- . Diretoria de Centro ou Instituto
- . Colegiados de Curso

➤ Órgão Deliberativo:

- . Conselho de Centro ou Instituto – CONCEN ou CONINS

O CONSU é o órgão máximo deliberativo da Instituição, cabendo-lhe formular, com prioridade, a política universitária, definir as práticas gerais das áreas finalísticas e administrativas, além de funcionar como instância revisora, em grau de recurso, das deliberações relativas ao âmbito de sua competência. O órgão tem a seguinte composição:

- . O Reitor, que o presidirá;
- . os Pró-Reitores;
- . os Diretores de Centros ou Institutos;
- . dois representantes do segmento docente, eleitos pelos professores;
- . dois representantes do quadro técnico-administrativo, eleitos pelo respectivo segmento;
- . dois representantes do corpo discente, eleitos pelos estudantes;
- . três representantes da comunidade do pólo universitário, sendo um de cada setor da economia, respectivamente, primário, secundário e terciário, indicados pelos órgãos competentes.

Ao CONSEPE, órgão consultivo e deliberativo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, compete definir a organização e o funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis, atuando harmonicamente com os órgãos da administração superior e setorial da Universidade. Compõe-se de:

- . Reitor, que o presidirá;
- . os Pró-Reitores das áreas finalísticas (ensino, pesquisa e extensão);
- . os Diretores de Centros ou Institutos;
- . os Coordenadores dos Colegiados de Curso;
- . dois representantes do segmento discente, eleitos pela comunidade estudantil

O CONCUR, órgão colegiado, tem a incumbência de fiscalizar as ações de caráter administrativo, econômico, financeiro e patrimonial da Universidade. São componentes do CONCUR:

- . O Secretário de Educação, que o presidirá;
- . o Reitor;
- . um representante da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia;
- . um representante da Secretaria da Administração;
- . um representante da Procuradoria Geral do Estado;
- . um representante da Auditoria Geral do Estado;
- . um representante da Associação dos Servidores do Quadro Técnico Administrativo.;
- . um representante do corpo discente, eleito pela comunidade estudantil;
- . um representante do segmento docente, eleito pelos referidos professores;
- . um representante da comunidade do pólo universitário, indicado por um dos órgãos que representam os setores da economia.

O CONCEN ou CONINS é o órgão máximo no âmbito do Centro ou Instituto, cabendo-lhe deliberar sobre as ações locais de caráter acadêmico-administrativo, sempre em consonância com os órgãos deliberativos e consultivos superiores. Tem a seguinte composição:

- . O Diretor do Centro ou do Instituto, que o presidirá;
- . os Coordenadores de Colegiados de Curso;
- . o Prefeito do campus;
- . dois representantes do segmento docente, eleitos pelos professores;
- . dois representantes do quadro de pessoal técnico-administrativo, eleitos pelos servidores;
- . dois representantes discentes, eleitos pela comunidade estudantil.

Os COLEGIADOS DE CURSO funcionam como órgãos deliberativos e consultivos de 1ª instância, em matéria didático-acadêmica, cabendo ao seu coordenador a função gerencial do curso. As decisões dos Colegiados são submetidas à homologação do Conselho de Centro ou de Instituto, em perfeita

harmonia com as normas e instruções dos órgãos colegiados superiores. Cada Colegiado de Curso tem a seguinte composição:

- . O Coordenador do Colegiado, que o presidirá;
- . um professor, representando cada matéria do curso, não podendo exceder a 7 (sete);
- . dois representantes discentes, eleitos pelos estudantes do referido curso;

1.4 Funcionamento

As Universidades, autarquias de personalidade jurídica de direito público, funcionarão em regime especial, com autonomia acadêmica, orçamentária, administrativa, financeira e patrimonial asseguradas pela Constituição Federal, recepcionada pela Constituição Estadual.

O reitor, responsável máximo da Instituição, será eleito pelos segmentos docente, discente e pessoal técnico-administrativo, para mandato de 04 anos, homologado pelo Governador do Estado, em conformidade com as normas estaduais, ficando proibida sua recondução imediata.

Não haverá o cargo de Vice-Reitor. Nas ausências e/ou impedimentos do Reitor, um dos Pró-Reitores acadêmicos responderá cumulativamente pelo expediente da reitoria. Com essa prática, haverá redução de custos para a Universidade. O cargo de Pró-Reitor, na prática, funciona como o de Vice-Reitor.

Cada Pró-Reitoria, órgão de assessoramento ao Reitor, será subdividida por área/setor, cabendo também as funções de orientação aos Centros ou Institutos.

O Diretor de Centro ou Instituto, responsável maior pelas atividades acadêmico-administrativas, no âmbito do órgão, será eleito pelos segmentos docente, discente e pessoal técnico-administrativo, para mandato de 04 anos, homologado pelo Reitor da Universidade, também proibida sua recondução imediata.

Para cada curso de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*, haverá um Coordenador de Colegiado com função gerencial didático-pedagógica, eleito pelos seus pares e representação estudantil para mandato de 2 anos, homologado pelo Reitor.

Cada *Campus* Universitário terá um Prefeito, nomeado pelo Reitor, que atuará como auxiliar do Diretor de Centro ou Instituto, quanto à infra-estrutura.

Três serão os instrumentos legais internos das Instituições: O Estatuto, que corresponderá à Constituição Universitária, traçando o arcabouço jurídico de caráter geral (políticas, diretrizes, estrutura, modelo, sistema, programas); o Regimento Geral, detalhando órgãos, competências, funções, direitos, deveres, provimento; Regimentos Específicos que disciplinarão o funcionamento do Órgão, em plena sintonia com o Estatuto e o Regulamento. As decisões dos órgãos deliberativos serão baixadas sob forma de Resoluções, Indicações ou Moções; enquanto que os atos executivos do Reitor serão emitidos através de Portarias ou Instruções Normativas; as decisões dos Diretores de Centros ou Institutos, sob a forma de Atos.

1.5 Diretrizes Gerais

No momento em que a civilização contemporânea sofre, em curto espaço de tempo, diversas mudanças no plano econômico, educacional e social, a Universidade é uma das instituições que possibilitam ao homem interferir nesse processo, agilizando as etapas para construir um novo modelo de desenvolvimento social, no qual a ampla maioria da população tenha acesso ao conhecimento técnico-científico necessário a sua qualidade de vida e à realização de ideais de ética, solidariedade e humanismo.

Atualmente, qualquer região do mundo só pode ser entendida na trama que a articule, que a amarre com outras regiões, às vezes, longínquas e relativamente desconhecidas entre si. Segundo o Programa de Gestão 1999 – 2003, “os problemas de cada região são expressões diferenciadas de uma realidade nacional e global ... (...) mas as respostas são locais. O desafio consiste em compreender como e quais fatores da ordem nacional e internacional estão interagindo, de modo diferenciado, com as realidades regionais” (UESB, 1999:14).

A Universidade como centro da produção e difusão do conhecimento, tem também função social na busca da sustentabilidade da região em que ela atua. O Nordeste brasileiro, no qual a Bahia se insere, é muito carente. Nesse Estado, maior que a França, existem realidades diferenciadas. A base ética da proposta de reorganização das Instituições de Ensino Superior baianas, encetando o desenvolvimento sustentável, demanda uma solidariedade social e a necessidade de subordinação da dinâmica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente.

Parafraseando BUARQUE, o desenvolvimento sustentável cria duas solidariedades, uma sincrônica e outra diacrônica. “... a primeira solidariedade diz respeito à geração a que pertencemos, enquanto a outra refere-se ao compromisso

com as gerações futuras, ou seja, uma solidariedade inter-gerações e uma solidariedade intra-geração, segundo a qual o bem estar de uma minoria não pode ser construída em detrimento da maioria” (1995:18-19).

A história recente da Bahia mostra que a penetração e o desenvolvimento do capitalismo deu-se de forma desigual nos diferentes espaços que configuram o Estado. Algumas áreas foram privilegiadas com investimentos sociais e econômicos, principalmente a Região Metropolitana de Salvador e as áreas costeiras, em detrimento do interior, como o grande espaço semi-árido. Mostra, ainda que o crescimento econômico, experimentado com mais intensidade entre os anos 70 e 80, não se fez acompanhar, na mesma proporção, dos fatores sociais, como o atestam os indicadores de renda familiar, escolaridade, morbidade, habitação, entre outros.

Por outro lado, a “fase neoliberal” dos anos 90 não se tem mostrado mais promissora para a reversão do quadro herdado. Grande parte dos problemas históricos persistem, agravados ainda mais na chamada “crise de transição” porque passa o Estado brasileiro, notadamente quanto a sua incapacidade de promover investimentos de cunho social numa medida compatível à grandeza da questão. A recuperação do dinamismo econômico, a partir do início da década de 90, e a busca desenfreada pela “modernidade”, para se tornar competitivo dentro do mercado globalizado, têm se processado à custa da redução do número de empregos ou a sua criação em número incompatível com a demanda criada pelo crescimento vegetativo da população.

Na perspectiva universitária ora proposta, busca-se a dimensão da sustentabilidade de cada região, através de seus espaços municipais, concebendo uma visão integrada da realidade, dentro de uma abordagem multidisciplinar capaz de integrar a complexidade envolvida na articulação das dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a sócio-cultural, a ambiental, a tecnológica e a político-institucional, e de romper proposições que se restringem unicamente ao ambiente setorial.

A condição *multicampi* que se propõe às Universidades baianas, dentre outros aspectos, possibilita relação de parcerias com os municípios do pólo universitário, ensejando bases sustentáveis, sob os prismas da educação fundamental e secundária, da educação profissionalizante, da modernização dos processos produtivos e da preservação ambiental.

Enfim, os princípios/diretrizes gerais que nortearão as quatro universidades sintetizam uma missão universitária compreendida nas seguintes dimensões:

. **Qualidade e autonomia** – As duas se condicionam mutuamente. A janela da autonomia se abre, quando o vento da qualidade entra. E o vento da qualidade entra, quando a janela da autonomia está aberta. Consideradas sob esse aspecto, pode-se afirmar que dar a condição é dar o condicionado. Havendo qualidade, haverá autonomia. E vice-versa. Qualidade e autonomia estão uma na outra, como a fruta dentro da casca.

. **Fontes alternativas** – A gestão na busca de recursos externos é de fundamental importância para o *locus do saber*, principalmente tratando-se de Instituição Governamental. Os ingressos estatais têm se mostrado cada vez mais escassos. Resta, então, buscar recursos tanto na iniciativa privada quanto nos órgãos governamentais e não-governamentais, firmando-se protocolos, convênios, contratos e outros congêneres. Tudo isso é importante, porque a causa é nobre – manter a educação pública, gratuita e de qualidade.

. **Compreensão da comunidade** – A busca de estratégias de ação, consensuais acerca das reais necessidades da comunidade externa, para formular idéias e expô-las nos planos institucionais, requer um constante diálogo com os segmentos sociais, dinamizando a vida universitária.

. **Engajamento Político-Social** – A construção de uma plena cidadania só se realizará através da articulação da universidade com a comunidade e instituições e organismos da sociedade civil e política, igualmente comprometidas com as transformações do atual quadro de exclusão social.

. **Identidade Institucional** – Com peculiaridades e perfil histórico-cultural, possuirão diferenciações que a caracterizem como universidades *multicampi*. Devem estar atentas ao cenário que as circunvizinham, sem relegar os impactos no plano global. Assim, as IES baianas buscarão apresentar, nos planos estadual e nacional, produções excelentes, que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e o encontro de soluções para os problemas sociais. A produção do conhecimento é importante, mas a extensão deles para a sociedade é extremamente relevante.

. **Desenvolvimento Sustentável** – Implica em repensar as relações produtivas, a utilização de tecnologias e a forma de ocupação do espaço geográfico a partir da ótica de “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras”. Portanto, de um lado, introduzir os processos totais que afetam a comunidade e, do outro, a consideração das chamadas “sustentabilidades específicas” sem as quais nenhuma é possível: a sustentabilidade ecológica, econômica, social e a institucional. O desenvolvimento sustentável possibilita a

identificação de necessidades sociais. Essas devem se contextualizar com a problemática científica do ensino, da pesquisa e da extensão, a fim de potencializá-las em ações que representem um saldo positivo em prol da comunidade.

. **Democracia** – Ela perpassa as decisões micro e macro da vida universitária e constrói redes de conhecimento e convivência que dinamizam o fazer da academia.

. **Globalidade/Indissociabilidade** – Interessada em conhecer o todo e compreender-se em nível global, uma Universidade deve manter a indissociabilidade entre suas atividades fins e criar mecanismos que consolidem os resultados alcançados dessa íntima relação das atividades de ensino, com a pesquisa e a extensão.

. **Formação de parcerias** – Desenvolver ações em parcerias com lideranças, instituições e movimentos sociais que busquem minimizar as precárias condições de vida das comunidades menos favorecidas, induzindo a consolidação de uma prática que rompa com posturas conservadoras da exclusão social; construindo, com parceiros, a elaboração e o direcionamento dos projetos; permitindo sejam legítimas as prioridades demandadas. Atuando como efetivo sujeito social, a universidade contribui para intensificar as relações internas e externas, na medida em que considera a via do diálogo como estratégia para conhecer e intervir na realidade, fazendo-a crescer.

. **Desenvolvimento de novas tecnologias** – A Universidade *multicampi*, abrindo as portas para a educação permanente; servindo ao desenvolvimento da ciência através da pesquisa e do ensino à distância; considerando as condições culturais, valorizando-as e aperfeiçoando-as; utilizando novas tecnologias, dinamiza e acelera o progresso das comunidades ainda em processo de desenvolvimento.

. **Dimensão nacional e internacional** – Essa dimensão da educação superior é parte de sua qualidade, e o desenvolvimento de redes de cooperação baseadas no compartilhamento, solidariedade e equidade entre parceiros, deve ser encorajado e tornar-se um instrumento dos mais importantes para uma ação mais eficaz das instituições e sistemas.

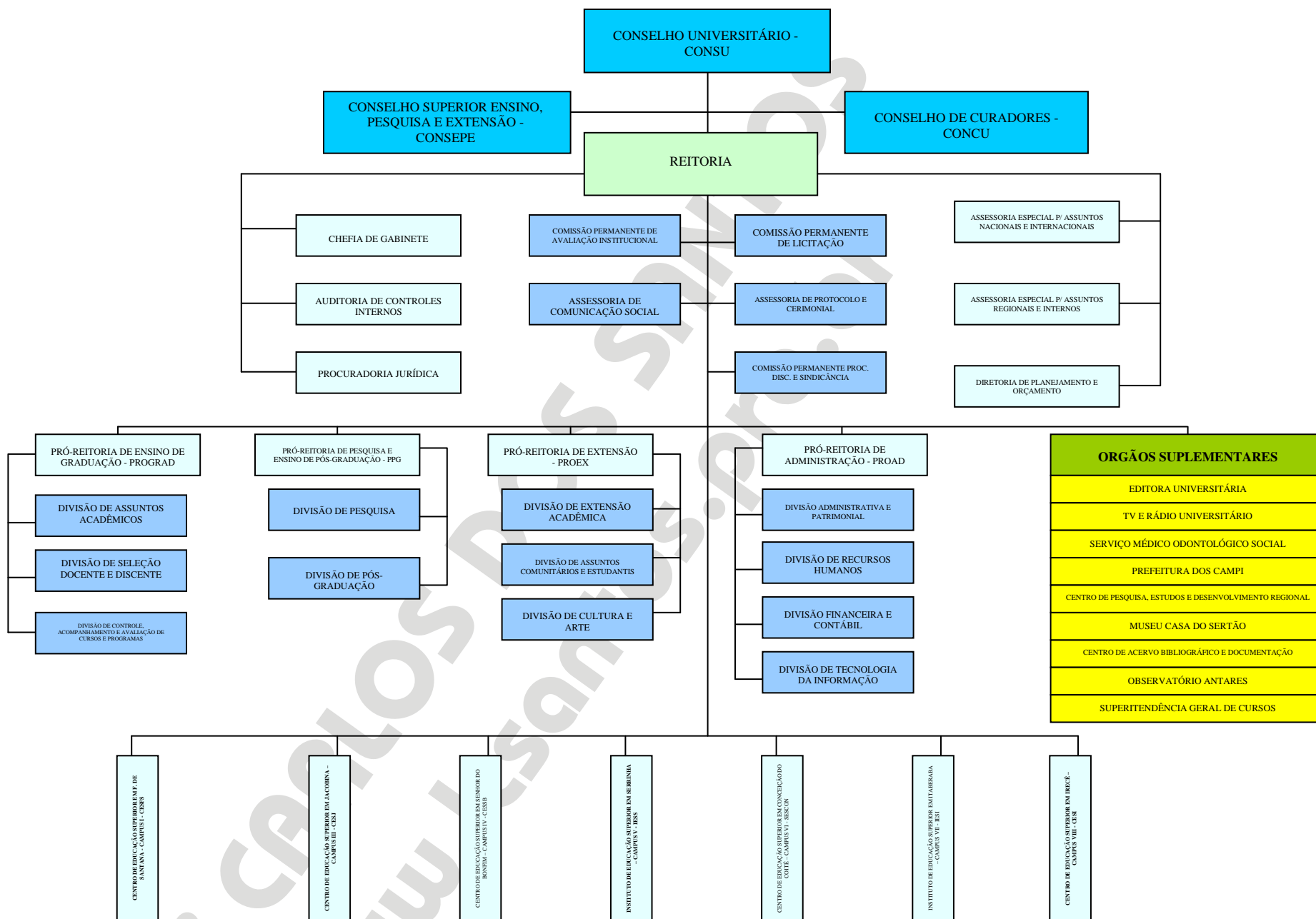
1.6 Organogramas

Os organogramas da Administração Superior das Universidades, bem como o Organograma Padrão para os *Campi* e o organograma do *Campus* Especial da Universidade “B”, destinado ao Sítio Histórico de Canudos, estão detalhados nas figuras seguintes, visando indicar as inter-relações das unidades constitutivas da proposta e o limite hierárquico de cada uma delas.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

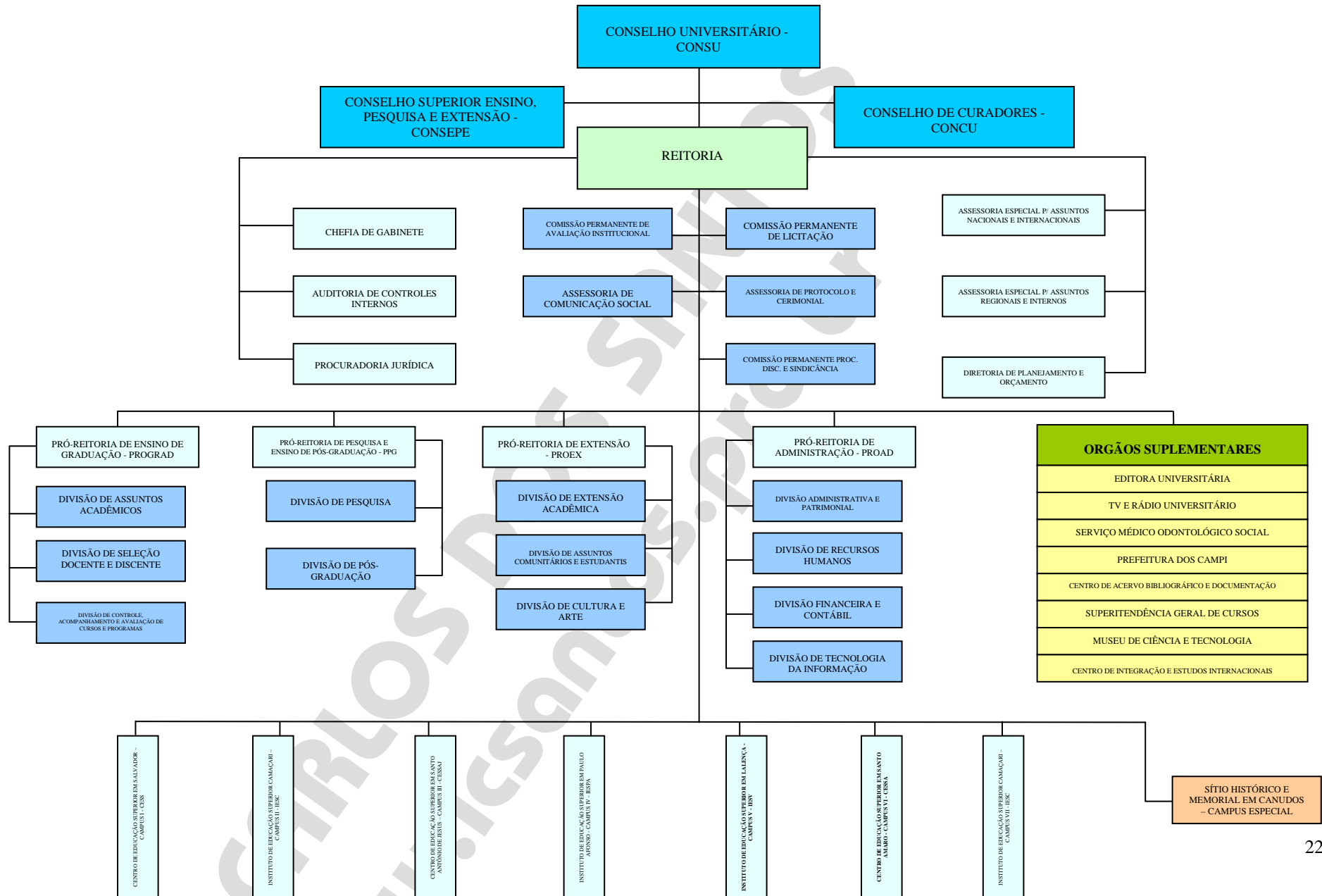
1.6.1 - Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade “A” - Figura 01

SEDE DO PÓLO UNIVERSITÁRIO: FEIRA DE SANTANA



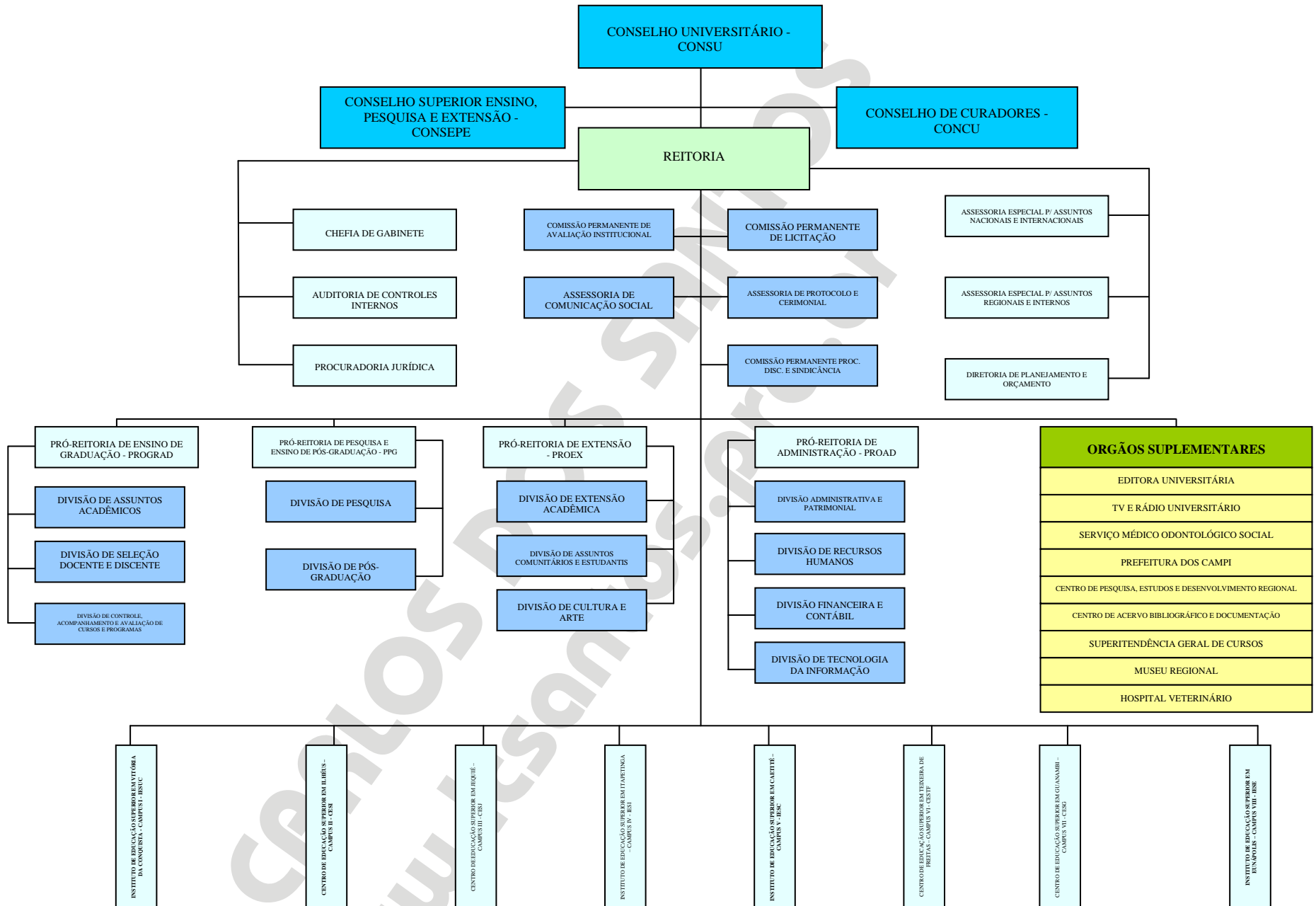
1.6.2 - Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade “B” - Figura 02

SEDE DO PÓLO UNIVERSITÁRIO: SALVADOR



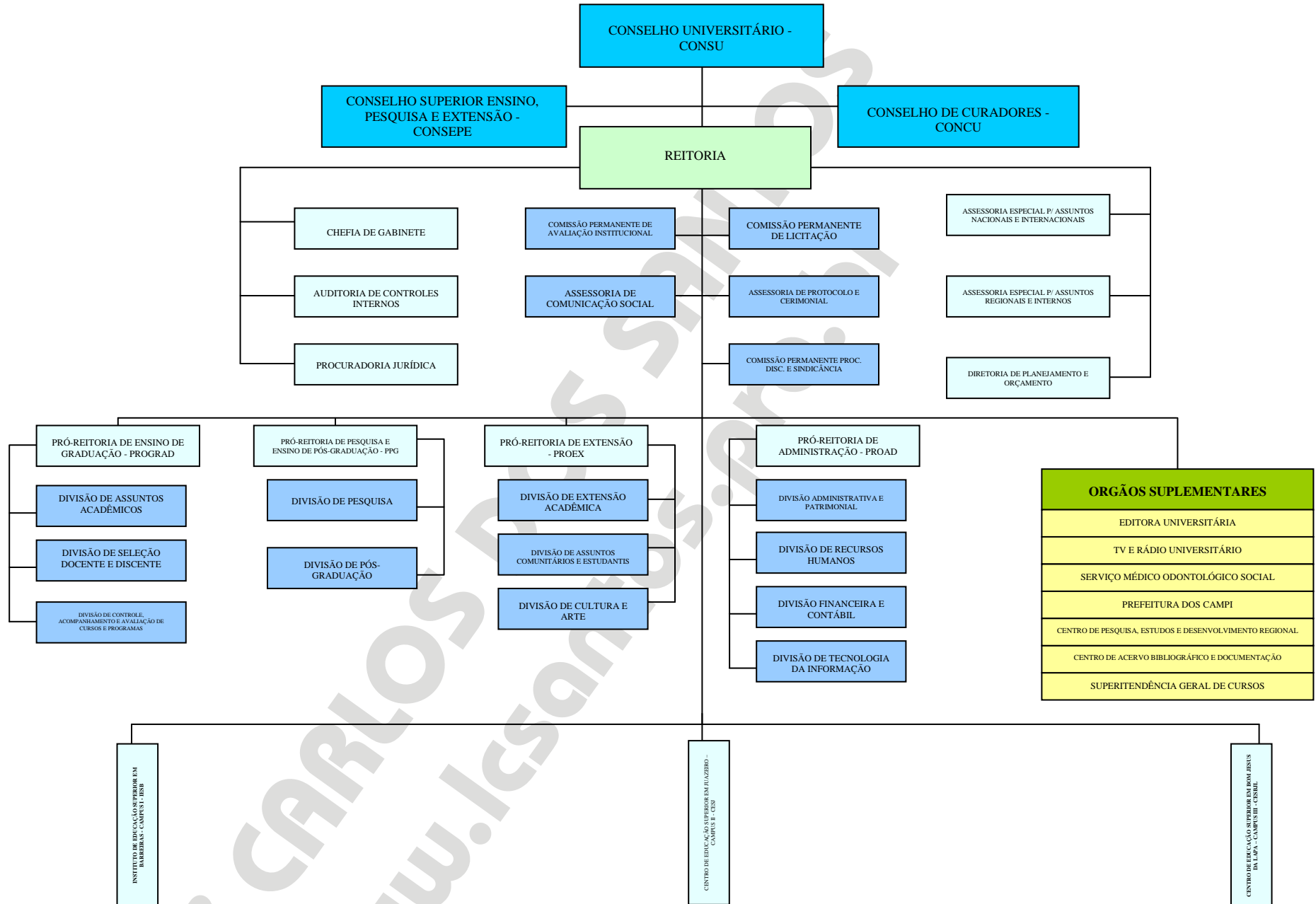
1.6.3 - Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade “C” - Figura 03

SEDE DO PÓLO UNIVERSITÁRIO: VITÓRIA DA CONQUISTA

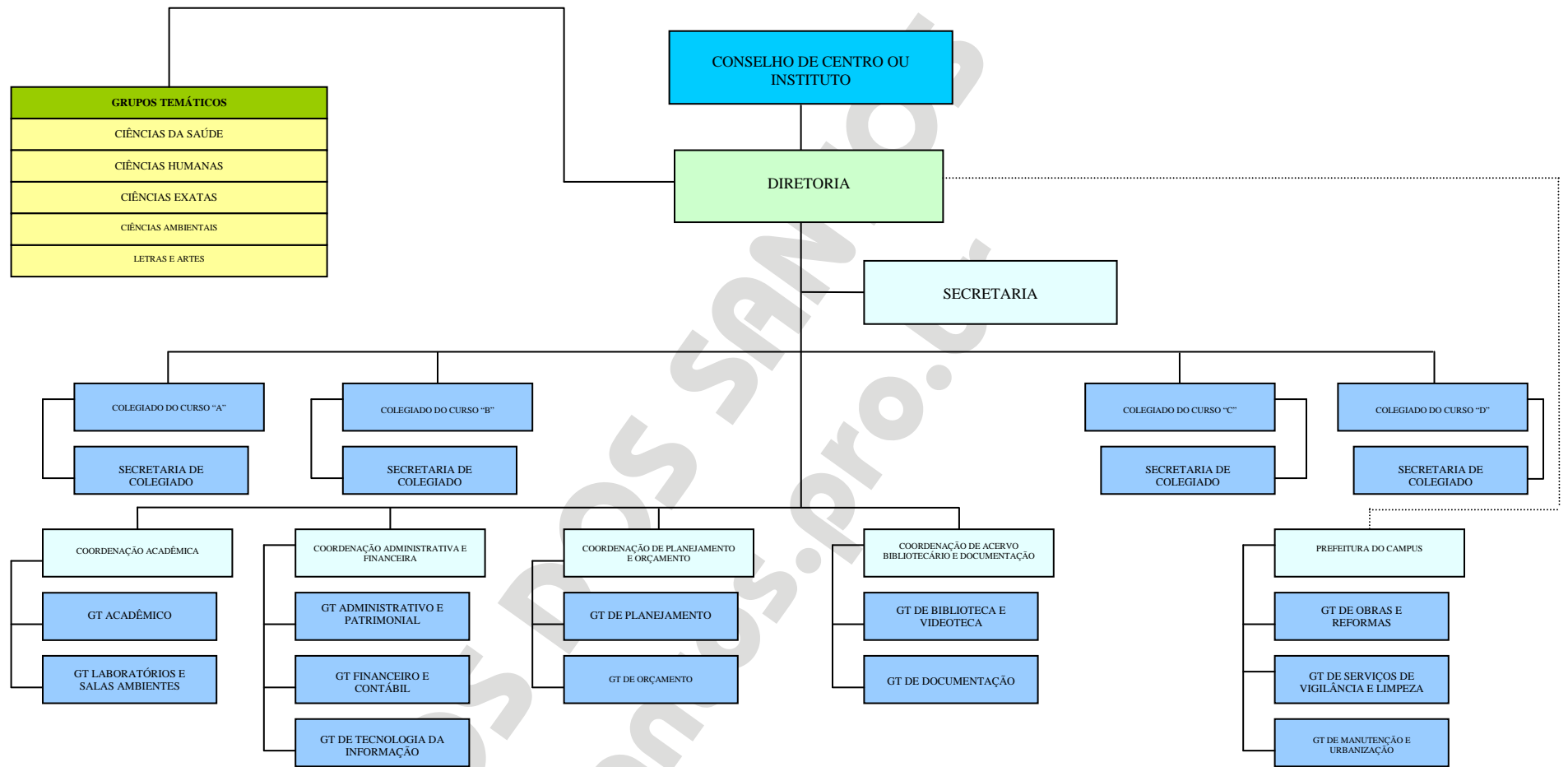


1.6.4 - Organograma Geral da Administração Superior para a Universidade "D" - Figura 04

SEDE DO PÓLO UNIVERSITÁRIO: BARREIRAS

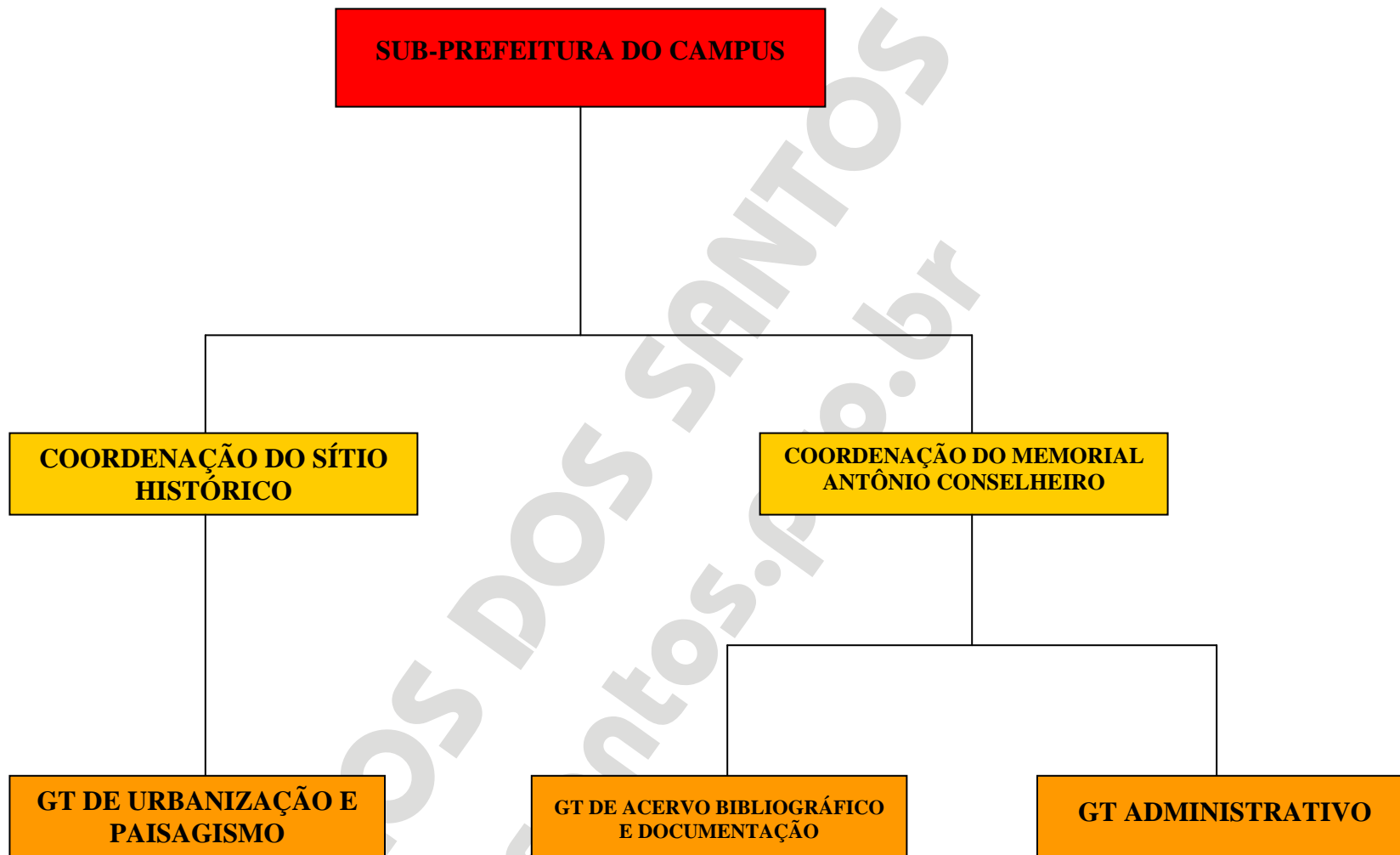


1.6.5 Organograma Padrão da Administração Setorial das Universidades - Figura 05



OBS.: PARA TODOS OS CAMPI, EXCETO O CAMPUS ESPECIAL DA UNIVERSIDADE "B", EM CANUDOS.

1.6.6 Organograma do *Campus* Especial da Universidade “B” – Sítio Histórico em Canudos - Figura 06



1.7 Quadro de Cargos de Direção e Assessoramento Proposto para as Universidades

Numa perspectiva de otimização de recursos, visando a expansão do acesso ao ensino superior, principalmente no interior do Estado, montou-se um quadro com um quantitativo de **1.193** (hum mil, cento e noventa e três) cargos, inferior ao atual, com reflexo positivo, portanto, no dispêndio do erário público. Por outro lado, com uma estrutura gerencial mais enxuta, possibilitará uma Administração mais ágil e menos fragmentada.

A concepção organizacional proposta excluiu alguns cargos considerados desnecessários, constantes da estrutura atual, por apresentarem perfis assemelhados; enquanto outros, de capital importância na administração universitária, foram incluídos, visando adequar as demandas e o pleno funcionamento da Instituição *multicampi*.

Ressalte-se que, na estrutura atual, o quantitativo dos cargos em foco perfaz um total de **1.219** (hum mil, duzentos e dezenove), dos quais 1.171 (hum mil, cento e setenta e hum) são da UNEB e 48 (quarenta e oito) vieram do CEPED, órgão incorporado a esta Universidade. Na proposta em referência, chega-se a um montante de 1193 cargos (ver quadro 1). Essa redução decorreu da mudança de concepção da estrutura organizacional. O leque de fatores que concorre para o sucesso de uma Instituição Universitária não inclui, necessariamente, um quadro excessivo de funções diretivas. Acredita-se que a valorização funcional (docentes e servidores técnico-administrativos) com uma política contínua e constante de capacitação, combinada com fatores de melhoria da qualidade de vida no trabalho, contribuam significativamente para a motivação dos recursos humanos.

A organização pública ou privada, que adote uma política de remuneração justa, tendo uma base fixa e outra flexível em função da produtividade ou desempenho do empregado/funcionário, não necessitará ter quadro de cargos de direção e assessoramento em número expressivo, quer em quantidade, quer em variedade de níveis hierárquicos. Complementação salarial via cargo de confiança deixa o empregado/funcionário instável, inseguro, dependente. A função é temporária, está sujeita a vieses, quer de natureza corporativa, quer de ordem subjetiva, principalmente no setor público. Diferentemente, a produtividade ou desempenho é algo que depende diretamente do trabalhador.

Posto isso, apresenta-se o quadro n.º 01, a seguir, detalhando os cargos e quantitativo para cada Universidade, levando-se em conta o tamanho da Instituição nessa nova configuração, frisando-se que o montante fixado tem como base os

vinte e seis *campi* e o *campus* especial da Universidade “B”, além daqueles relativos à Administração Superior. Portanto, quando houver necessidade de se criar e implantar uma nova Unidade Universitária – Centro ou Instituto, será imprescindível que se amplie o quadro, exclusivamente os da Administração Setorial, por exemplo, Diretor, Coordenador de Colegiado de Curso, Secretário de Centro ou Instituto, etc.

Quadro 01: Cargos de Direção e Assessoramento

ADM. Superior	Denominação	Símbolo *	Univ. “A”	Univ. “B”	Univ. “C”	Univ. “D”	Total
	Reitor	DAS-2A	01	01	01	01	04
	Pró-Reitor	DAS-2B	04	04	04	04	16
	Chefe de Gabinete	DAS-2B	01	01	01	01	04
	Chefe da Procuradoria Jurídica	DAS-2B	01	01	01	01	04
	Diretor de Planejamento e Orçamento	DAS-2B	01	01	01	01	04
	Assessor Especial	DAS-2C	02	02	02	02	08
	Auditor-Chefe	DAS-2C	01	01	01	01	04
	Assessor-Chefe de Comunicação Social	DAS-2C	01	01	01	01	04
	Diretor de Divisão	DAS-2D	12	12	12	12	48
	Diretor de Órgão Suplementar	DAS-2D	09	08	09	07	33
	Coordenador de Comissão Permanente	DAS-2D	03	03	03	03	12
	Assessor de Comunicação Social	DAS-3	01	01	02	01	05
	Assessor Técnico	DAS-3	03	03	04	02	12
	Gerente	DAS-3	08	08	10	06	32
	Chefe de Cerimonial e Protocolo	DAS-3	01	01	01	01	04
	Secretário Especial de Registro de Diplomas	DAS-3	01	01	01	01	04
	Secretário de Conselhos	DAÍ-4	01	01	01	01	04
	Subgerente	DAÍ-4	15	20	20	05	65
	Coordenador de Área	DAÍ-4	10	10	15	10	45
	Assessor Administrativo	DAÍ-4	02	02	03	01	08
	Assistente Financeiro	DAÍ-4	02	02	03	01	08
	Secretário Administrativo	DAÍ-4	11	11	11	11	44
	Coordenador de Grupo de Trabalho	DAÍ-5	10	10	15	06	31
	Secretário Assistente	DAÍ-5	21	20	21	19	81
	Subtotais	////////////////	122	125	140	89	476
ADM. Setorial (Campi)	Diretor de Centro ou Instituto	DAS-2C	07	08	08	03	26
	Coordenador de Colegiado de Curso	DAS-3	40	40	60	08	148
	Prefeito de <i>Campus</i>	DAS-3	07	08	08	03	26
	Sub-Prefeito	DAÍ-4	-	01	-	-	01
	Coordenador de Área	DAÍ-4	28	32	32	12	104
	Secretário de Centro ou Departamento	DAÍ-4	07	08	08	03	26
	Secretário de Conselho	DAÍ-5	01	01	01	01	01
	Secretário de Colegiado de Curso	DAÍ-5	40	40	60	08	148
	Coordenador de Grupo de Trabalho	DAÍ-5	63	72	72	27	234
	Subtotais	////////////////	193	210	249	65	717
	TOTAIS	////////////////	315	335	389	154	1.193

* Simbologia adotada pelo Estado da Bahia para cargos de Direção e Assessoramento em todos os órgãos da Administração Pública.

CAPÍTULO II

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS SEGUNDO AS REGIÕES BAIANAS

A versão de especialização do Ensino Superior Estadual ora proposta objetiva levar esse grau de ensino a atingir maior número de municípios.

Considerando-se as quatro Universidades Estaduais em pleno funcionamento, dividiu-se o espaço baiano em quatro áreas lideradas pelas maiores cidades do Estado, atuais sedes das citadas Universidades.

O quadro n.º 02, apresenta a classificação das cidades de 1º e 2º níveis e as que são denominadas de “Manchas Econômicas, de relativo peso”, já se incorporando nos vetores de crescimento da economia, conforme a classificação do SEI, em “Municípios da Bahia” (1998).

A dispersão dos Departamentos por variadas regiões onde as condições físicas, econômicas e sociais são as mais diversas, não só permitirá que sejam implantados cursos em áreas muito diversificadas, como os currículos deverão constituir-se no que Lauro Oliveira Lima (1994:42) chamou de “núcleos estruturais abordados pela técnica interdisciplinar, sem objetivos de linearidade, mas de complexificação”.

Também Ferguson, M. (1993:49) em sua obra “Les enfants du verseau – pour un nouveau paradigme”, condena o divórcio entre **ciência e consciência**, buscando-se a **confluência**, que permite desenvolver as habilidades de síntese, ensinando ao indivíduo sua responsabilidade essencial enquanto ser humano.

Não se pode olvidar que, como a fome e as endemias combatidas pelos sanitaristas, a ausência de educação e a ignorância também urgem um combate eficaz, contínuo, dinâmico.

2.1 Distribuição Espacial - Quadro 02

Universidade A	Regiões	Municípios com pop. Superior a 20.000 hab.			
Universidade A	Paraguaçu Piemonte da Diamantina Chapada Diamantina Nordeste Irecê Recôncavo Sul Baixo Médio São Francisco	32			
	Universidade B	Metropolitana de Salvador Recôncavo Sul Litoral Norte Nordeste Paraguaçu	53		
		Universidade C	Litoral Sul Extremo Sul Sudoeste Chapada Diamantina Serra Geral Recôncavo Sul Médio São Francisco	56	
			Universidade D	Oeste Médio São Francisco Baixo Médio São Francisco Irecê	20

CAPÍTULO III

ESPACIALIZAÇÃO ECONÔMICA-EDUCACIONAL SUPERIOR DA BAHIA

3.1 Áreas de Influência Econômica das Redes Urbanas do Estado da Bahia

A síntese das áreas de influência econômica das redes urbanas, ora apresentada, embasa este projeto de divisão espacial do Ensino Superior no Estado, seus reflexos no desenvolvimento dos municípios ainda não componentes do “chassi” econômico e, conseqüentemente, da cultura baiana.

Procurou-se identificar as áreas homogêneas e as polarizadas – tipos **nodal** ou **funcional**, objetivando ativar ações educativas que venham a apoiar outras iniciativas organizacionais e responder às necessidades da população.

A regionalização que se propõe implica, desse modo, no fortalecimento de áreas geo-econômica-educacionais, que deverão converter-se em pólos de crescimento, pontos de apoio dinâmicos para a promoção de um verdadeiro desenvolvimento.

Acredita-se que, sem a redistribuição do desenvolvimento em regiões menos estruturadas, não haverá um impacto significativo sobre essas áreas. Uma região sem “*hinterland*”, permanecerá cerrada.

Torna-se patente que os grandes problemas ainda existentes no Estado da Bahia, geradores de subdesenvolvimento, são:

- Carência de serviços públicos;
- Pressão exagerada sobre recursos naturais;
- Estruturas sociais deficientes;

Os meios de ação que podem corrigir tais distorções e devem subsidiar os propósitos governamentais, podem ser sintetizados em:

- » Planos de concentração e de crescimento dos serviços prioritários (educação, saúde, comunicação e transportes).
- » Desenvolvimento comunitário.
- » Investigação sistemática de novos recursos.

- » Organização de sistemas modernos de mercado, transporte e comunicação.

Como a diminuição dos atuais *déficits* observados em relação à educação é variável fundamental para o desenvolvimento, elaborou-se este Projeto, na busca do equilíbrio entre o crescimento da população e as possibilidades oferecidas pelo Ensino Superior – guia seguro para um ordenado desenvolvimento urbano e, conseqüentemente, nacional.

Estão arrolados no quadro n.º 03, os Centros Regionais de Nível 1 (Grande Porte) e de Nível 2 (Médio Porte), e as regiões onde se localizam.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

**Quadro 03: Classificação dos Municípios por Nível Econômico
SEI/SEP – Quadro Estatístico da Bahia – 1998**

Regiões onde se localizam	Município	Nível 1	Nível 2
Macrorregião de Salvador	Salvador * Simões Filho Camaçari São Francisco do Conde	X	
	Madre de Deus * Candeias Dias D'Ávila Lauro de Freitas		X
Litoral Sul	Ilhéus Itabuna	X	
	Camamu Valença		X
Paraguaçu	Feira de Santana Itaberaba	X	
Baixo Médio São Francisco	Juazeiro	X	
Sudoeste	Vitória da Conquista	X	
	Jequié Itapetinga		X
Oeste	Barreiras	X	
	São Desidério		X
Litoral Norte	Alagoinhas Pojuca Rio Real		X
Extremo Sul	Porto Seguro Eunápolis Itamaraju Teixeira de Freitas Mucurí		X
Recôncavo Sul	Santo Antônio de Jesus Santo Amaro Cruz das Almas		X
Nordeste	Paulo Afonso Serrinha		X
Irecê	Irecê		X
Serra Geral Guanambi	Brumado Guanambi		X
Piemonte da Diamantina	Jacobina		X
Total		11	26
Total Geral		37	

Ressalte-se que outros municípios baianos, em níveis hierárquicos diferenciados, apresentam-se, hoje, como **manchas econômicas** de certo peso e liderança.

Podem ser citados:

No Nordeste – *Serrinha*; na região do Paraguaçu – *Itaberaba*; no Oeste – *Santa Maria da Vitória e Bom Jesus da Lapa*; na Chapada Diamantina – *Seabra*.

A expressividade dessas **manchas**, que se formaram lentamente pela interiorização da agricultura e da mineração, a construção de canais de tráfego, a instalação de serviços e equipamentos urbanos e sociais, está a exigir a atuação da **Escola Superior** e seu corolário de pesquisas e cursos extensionistas, além do aperfeiçoamento de docentes para os outros graus de ensino.

Entre os exemplos atuais, podem ser observados:

Juazeiro – tradicionalmente utilizou a via fluvial do São Francisco, interligando Minas Gerais e Bahia e, em conexão com uma ferrovia, exportava a produção agrária. Na atual fase, as condições de oferta de água para a agricultura irrigada e o nível de insolejamento, permitem procedimentos competitivos, incorporando novas regiões.

Paulo Afonso – Os efeitos positivos da geração de energia nesse município e a implantação de uma rodovia transestadual, elevaram seu tônus econômico.

Barreiras – positivamente também beneficiada por rodovia transestadual.

No cortejo da melhoria econômica sobressai sempre a Educação Superior, complementando-a, gerando novos conhecimentos, assegurando-a.

Cury. C.R.J., (1992:12) em “Política de Pós-Graduação em Educação e Pesquisa em Educação”. – Cadernos ANPED – Niterói, afirma: “A produção científico-tecnológica de um país que sonha ser grande potência tem que contar com recursos humanos qualificados e capazes de subsidiar o desenvolvimento”.

Sabe-se que a sociedade brasileira só se libertará do subdesenvolvimento quando for capaz de resolver as terríveis injustiças sociais através da superação dos problemas sócio –educacionais – políticos – econômicos – ecológicos. Então, a educação se mostrará em toda a sua pujança como “uma estratégia e um poder criador de civilizações mais elevadas”.

3.2 Manchas Econômicas

Segundo a publicação do SEI – Municípios (1998) da Bahia, o novo critério para o estudo dos níveis hierárquicos da espacialização de cada mancha econômica relacionada com as cidades que lhes dão suporte, permite identificar os espaços urbanos diferenciados, excetuando-se as áreas conturbadas da região de Salvador.

Essas redes de municípios que se podem considerar formadoras de blocos de lideranças econômica, concentram-se na Macrorregião de Salvador e nos municípios de Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Barreiras e Juazeiro.

São 34 municípios líderes, responsáveis, em conjunto, por 85% da produção baiana, enquanto os trezentos e oitenta e três municípios restantes contribuem apenas com 15% para a economia do Estado.

Tal estatística revela a urgência de uma Especialização Econômico – Educacional – Superior na Bahia, considerando-se ser a **educação** o fator primordial para o verdadeiro desenvolvimento, a niveladora das condições humanas, “a roda equilibradora do mecanismo social”.

Objetiva-se, com essa proposta, atingir maior número de municípios com o ensino de 3º grau, constatando-se que a área do Estado da Bahia ultrapassa a do maior país europeu, e onde pessoas talentosas não têm a oportunidade de fazer cursos de nível superior devido aos baixos rendimentos das famílias, isto é, por motivos culturais, sociais e falta de tradição cultural em grau mais elevado.

Outro aspecto a observar é que a **instrução** recebida nas escolas de 2º graus, e até em Institutos de Ensino Superior, freqüentemente consiste em transmissão de conhecimentos, enquanto a **pesquisa** tem por finalidade a ampliação do conhecimento.

Há muito Theodore W. Schultz, (1992:65) afirmava: “as pessoas valorizam suas capacidades quer como produtoras, quer como consumidoras, pelo auto-investimento, sendo a instrução o maior investimento no capital humano”.

É o conceito integrado do capital, abrangendo o homem e os elementos materiais, de Irving Fisher.

Aceitando-se a classificação de Machlup, in Oliveira (1999:78) de que “a educação é uma atividade que gera conhecimentos”, as escolas podem ser consideradas “empresas” especializadas em **produzir instrução**. Portanto, o sistema escolar é a indústria que, de forma pluridimensional, serve a fins sociais, culturais, econômicos, políticos.

Por tais razões aposta-se numa regionalização do Ensino Superior, onde a pesquisa seja desenvolvida não só em prol da elevação do nível econômico, mas da sociedade, do crescimento intelectual, espiritual e cultural do indivíduo.

Observe-se ser imprescindível, ao se propor uma reorganização espacial do ensino superior, no Estado da Bahia, que sejam reconhecidos os fluxos da economia que influem em seu funcionamento, bem como os fatores histórico-sociais que vêm atuando na rede de municípios baianos, quer produzindo a queda de economias tradicionais, quer fazendo surgir novos setores influentes na espacialização das redes urbanas, com seu corolário de resultados.

Segundo os relatórios do OCDE (1998) – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, e o da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, referentes a 1997, o índice de repetência no ensino fundamental é, no Brasil, de 26% - o maior entre os países em desenvolvimento. No Paraguai, é de 8,4% e na Argentina 5,7%. Nas últimas séries do 1º grau o Brasil, com 19,7%, tem índice ainda muito elevado.

Nada melhor que essa estatística para comprovar a urgência de Institutos de 3º grau, que preparem melhor os professores e, através de cursos extensionistas, promovam a interação pais – escolas. O núcleo familiar progressista frutificará e o desenvolvimento socio-econômico do país será realidade.

No ensino superior a distribuição da matrícula evidencia o imenso contingente de jovens que não obtêm acesso à Universidade pelas mais variadas causas, sobressaindo-se o pauperismo das comunidades; a insuficiência e deficiência do ensino, onde residem; a necessidade de trabalhar para obter o mínimo indispensável à manutenção da família; a falta de tradição cultural de nível superior.

Observe-se, ainda, que a divisão territorial administrativa da Bahia evoluiu de 41 para 417 municípios, entre 1827 e 1998. A educação, entretanto, não acompanhou esse ritmo, havendo altíssimo déficit de escolas de 2º grau e, conseqüentemente, um percentual ainda mais deficitário de Instituições de nível superior.

A criação de Universidades estaduais, situadas sempre mais perto do litoral, não tem conseguido mudar suficientemente esse panorama num Estado cuja área estende-se por 567.295,3 km² e tem população estimada em 12.709.744 habitantes.

Não seria, entretanto, correto, classificar as redes urbanas apenas pela ótica da economia, como se o porte e a aglomeração de certas cidades pudessem resolver os problemas da oferta de serviços sociais, dentre os quais destacam-se a educação e a saúde.

Impossível ignorar, dentre tantos problemas que atingem o bem social **educação**, que “esta liga-se estreitamente à desigualdades sociais organizadas, uma concepção política que tem trazido conseqüências gravíssimas, altamente preocupantes: a hegemonia de cidades e de grupos humanos”.

Devido à escassez de recursos e da capacidade operacional de muitas prefeituras baianas, “observa-se baixo desempenho médio do sistema do ensino fundamental”, informa o SEI/SEP (1998:22). O 2º grau – fonte de alunos para a Universidade, apresenta a exclusão de alto número de adolescentes desejosos de participar da educação superior, tal fato expressando a seletividade do sistema educacional baiano.

A Bahia tem a resolver, com urgência, um duplo e grave problema: aumentar a rede de ensino de 2º grau e prover a educação superior aos “privilegiados que conseguiram concluir o ensino médio”.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

CAPÍTULO IV

REORGANIZAÇÃO GEO-POLÍTICA-ECONÔMICA-UNIVERSITÁRIA

4.1 Universidade “A”

4.1.1 - Abrangência Geo-Econômica - Especificidade

A área apresentada na figura n.º 07, item 4.1.4, estende-se entre as latitudes 05° 59' e 12° 54', e as longitudes 38° 36' e 43° 17'. Incluem-se Municípios das Regiões Geo-econômicas do Nordeste, Paraguaçu, Piemonte da Diamantina, Chapada Diamantina e Médio S. Francisco.

Em área tão vasta, sucedem-se os recursos naturais, entre os quais, citam-se: cobre, cromo, manganês, magnesita, barita; rochas ornamentais, entre os metálicos e não metálicos, que surgem em terrenos migmatíticos; rochas carbonáticas do proterozóico médio, granulíticos intrusivos.

A hipsometria apresenta áreas entre 800 e 1.200m.; em direção leste, as altitudes vão se tornando menores, não atingindo 400m. Alternam-se os relevos próprios das depressões interplanálticas e os relevos próprios das chapadas. Entre os tipos de solo, dominam os de horizontes B textural, havendo, portanto, aptidão regular para lavouras.

Os recursos hídricos provêm, prioritariamente, do Rio Paraguaçu, e de afluentes de margem direita do S. Francisco. Há uma série de açudes nas regiões menos irrigadas por rios permanentes.

A variedade climática possibilitou uma série de ecossistemas, desde a floresta tropical caducifólia, à savana estépica e grandes áreas de tensão ecológica.

O maior domínio climático pertence aos tipos DdA', Dd'A', DdB'- semi-áridos; C1Da' a C1w2B' – semi-áridos a seco.

Economicamente, a maior parte das atividades estão voltadas para os setores agrícola e da mineração. As indústrias surgidas não constituem aglomerações, exceto no município sede do Pólo Universitário.

As condições físico-locacionais ainda dependem da amplitude do emprego da tecnologia.

Apesar de ser um território tão vasto, é pouco denso economicamente, exigindo altos custos de infra-estrutura a ser implantada e mantida.

Sobressai nessa área Feira de Santana, no Paraguaçu, que funciona como pólo comercial, de serviços e centro industrial, por onde passam os fluxos de outras regiões, articulando o Centro-Sul e o Nordeste. Segundo o SEI, Feira de Santana é uma espécie de portal da Macrorregião de Salvador. O município usufrui de posição geográfica privilegiada: o entroncamento das principais vias rodoviárias, sendo o 2º centro de oferta de serviços e comércio do Estado. A maior densidade demográfica dessa área aí é registrada – 344,87 hab./km².

Jacobina, o “Portal das Minas”, também desenvolveu a pecuária e continua sendo um elo de ligação entre Salvador e a Região, funcionando como centro regional de comércio e abastecimento.

Muitas outras cidades da região não passam de “manchas” econômicas, de pequena relevância.

O turismo, principalmente na Chapada, vem trazendo novo impulso à Região. Mas não se pode esquecer que as Ciências Sociais, ampliando os horizontes do pensamento humano, virão contribuir para uma visão econômica mais realista e relevante.

Entre os cursos superiores para este pólo, acredita-se que os relacionados abaixo, sejam importantes para os municípios e regiões onde Unidades Universitárias venham a ser criadas:

- Geologia
- Geografia / Ecologia
- Ciências Sociais / História / Antropologia
- Agricultura
- Veterinária
- Educação
- Ciências Matemáticas

Por outro lado, ressalte-se que os representantes das comunidades (Local e Acadêmica), contingente amostral desta investigação, apontaram para o município de Feira de Santana, sede desse pólo universitário, a implantação dos cursos de graduação, conforme discriminação a seguir, já citados no capítulo X do volume I:

- Medicina
- Jornalismo
- Agronomia
- Hotelaria e Turismo
- Psicologia
- Ciências da Computação
- Engenharia Elétrica
- Filosofia

4.1.2 - Municípios do Polo Universitário

Tendo como sede do pólo a cidade de Feira de Santana, a área da Universidade “A”, deverá compor-se de cento e oito municípios, conforme discriminação a seguir, salientando-se que a numeração que os antecede corresponde à área da figura n.º 07, item 4.1.4:

1. Abaré
2. América Dourada
3. Andaraí
4. Andorinha
5. Angüera
6. Antônio Gonçalves
7. Araci
8. Baixa Grande
9. Barra do Mendes
10. Barro Alto
11. Barrocas
12. Boa Vista do Tupim
13. Bonito
14. Boquira
15. Brotas de Macaúbas
16. Caém
17. Cafarnaum
18. Caldeirão Grande
19. Campo Formoso
20. Canarana
21. Candeal
22. Cansanção
23. Capela do Alto Alegre
24. Capim Grosso

25. Castro Alves
26. Central
27. Chorrochó
28. Conceição do Coité
29. Curaçá
30. Elísio Medrado
31. Feira de Santana
32. Filadélfia
33. Gavião
34. Gentio do Ouro
35. Iaçú
36. Ibipêba
37. Ibiquera
38. Ibititá
39. Ichu
40. Ipecaetá
41. Ipirá
42. Ipupiara
43. Iraquara
44. Irecê
45. Itaberaba
46. Itaguaçu da Bahia
47. Itatim
48. Itiúba
49. Jacobina
50. Jaguarari
51. João Dourado
52. Jussara
53. Lajedinho
54. Lamarão
55. Lapão
56. Lençóis
57. Macajuba
58. Mairi
59. Miguel Calmon
60. Milagres
61. Mirangaba
62. Monte Santo
63. Morro do Chapéu
64. Mulungu do Morro

65. Mundo Novo
66. Nordeste
67. Nova Fátima
68. Nova Redenção
69. Oliveira dos Brejinhos
70. Ouro Preto
71. Palmeiras
72. Pé de Serra
73. Pindobaçu
74. Pintadas
75. Pirituba
76. Ponto Novo
77. Presidente Dutra
78. Queimadas
79. Quixabeira
80. Rafael Jambeiro
81. Retiro
82. Riachão do Jacuípe
83. Ruy Barbosa
84. Santa Bárbara
85. Santa Terezinha
86. Santaluz
87. Santanópolis
88. São Domingos
89. São Gabriel
90. São José do Jacuípe
91. Saúde
92. Seabra
93. Senhor do Bonfim
94. Serra Preta
95. Serrinha
96. Serrolândia
97. Souto Soares
98. Tanquinho
99. Tapiramutá
100. Uauá
101. Uibaí
102. Umburanas
103. Utinga
104. Valente

- 105. Várzea da Roça
- 106. Várzea do Poço
- 107. Várzea Nova
- 108. Wagner

Dos municípios que integram o pólo universitário em tela, as cidades adiante relacionadas já dispõem de *campus*, em pleno funcionamento, de acordo com a estrutura vigente:

- 28 – Conceição do Coité
- 31 – (Sede) Feira de Santana
- 44 – Irecê
- 45 – Itaberaba
- 49 – Jacobina
- 93 – Senhor do Bonfim
- 95 – Serrinha

4.1.3 *Campi* Iniciais Propostos

Os *campi* iniciais propostos para as quatro universidades referem-se àqueles já criados e em funcionamento como participantes do Pólo Unebiano, mas transferidos para o Pólo A – Feira de Santana, como proposto nesta **nova configuração geográfica**. Ressalte-se que a criação de novos *campi* dependerá, dentre outros critérios, da demanda social, da política governamental e de disponibilidade orçamentário-financeira do tesouro estadual. Tendo em vista que a denominações “Centro” e “Instituto” são sinônimas para efeito de estrutura educacional, a presente proposta utilizou tanto uma quanto a outra.

A seguir, apresenta-se o rol de sete *campi* para esse pólo universitário:

- . Centro de Educação Superior em Feira de Santana – CESFS – *Campus I*
- . Centro de Educação Superior em Jacobina – CESJ – *Campus II*
- . Centro de Educação Superior em Senhor do Bonfim – CESSB – *Campus III*
- . Instituto de Educação Superior em Serrinha – *Campus IV*
- . Centro de Educação Superior em Conceição do Coité – CESCOC – *Campus V*
- . Instituto de Educação Superior em Itaberaba – *Campus VI*
- . Instituto de Educação Superior em Irecê – *Campus VII*

Saliente-se, que a ordem seqüencial, tanto neste pólo, quanto nos demais, foi elaborada levando-se em conta o tempo de existência de cada *campus* na estrutura vigente.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

4.1.4 - Mapa da Universidade - Figura 07

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

4.2 Universidade “B”

4.2.1 - Abrangência Geo-Educacional - Especificidade

Observa-se na figura n.º 08, item 4.2.4, que a área geográfica sugerida para a Universidade “B” compõe-se de toda a Região Metropolitana de Salvador e parte das regiões econômicas do Litoral Norte, Litoral Sul e Recôncavo Sul.

Os recursos naturais geológicos provêm das bacias sedimentares do fanerozóico e terrenos granulíticos do proterozóico superior, que incluem petróleo, gás natural e turfa.

A tipologia climática, segundo Thornthwaite/Matter, abrange os tipos B4Ra’, com altos índices hídricos e excedentes, próximo ao litoral; ao norte, modifica-se para úmido à subúmido – grupo C2d’A’.

A hipsometria apresenta dados inferiores a 400m, sendo o relevo característico de bacias sedimentares; pequena área situa-se no planalto costeiro. Os solos têm horizonte B, que variam do textural ao espódico, permitindo aptidão de boa a regular para as atividades agrárias, também favorecidas por cursos de água permanentes, açudes e represas.

Economicamente, Salvador e sua Macrorregião respondem por 55% da produção estadual, formando a classe A da economia, vez que concentra 65% das indústrias de transformação.

A espacialidade própria dessa produção ocasionou a maior densidade populacional e a maior rede de infra-estrutura do Estado.

O Ensino Superior é ministrado em instituições classificadas como Universidades, Federação de Escolas, e Faculdades Integradas, além dos estabelecimentos de Ensino Isolados e Centros de Educação Superior. Entre as Universidades, uma é Estadual, uma Federal e outra Particular.

Vários cursos particulares complementam o Ensino Superior na região.

Considerando-se os fluxos econômicos, a densidade demográfica que apresenta 3.164,94 hab./km² na Capital, os recursos naturais, a vocação turística, a geração de energia hidrelétrica, há muitas opções para áreas de ensino e pesquisa, na região.

Segundo o prof. Luiz Antônio Cunha, “a população urbana parece ter uma espécie de força autônoma, assegurando a existência de certos tipos de fabricação, além de garantir ao campo a demanda de alimentos e incrementar as exportações”. Entretanto, está comprovado que os efeitos da indução desse crescimento demográfico exigem, para sua permanência, uma sólida infra-estrutura e capitais bem dirigidos e empregados corretamente, que resistam aos contragolpes do mercado, além da distribuição equitativa das rendas.

A par do desenvolvimento viário e da comunicação, é indispensável que a região cresça em equipamentos sociais, sobressaindo-se a educação.

Sem a conexão entre as funções econômicas do Estado e a política educacional, qualquer surto de desenvolvimento não virá a realizar-se plenamente, pela carência de recursos humanos qualificados, principalmente em nível superior.

Finalmente, considerando-se as condições físico-econômicas-sociais citadas, pode-se sugerir que o Ensino Superior ofereça cursos em variadas áreas, nas Unidades Universitárias desse pólo que venham a ser criadas, conforme discriminação a seguir:

- Ciências da Natureza – (Biologia – Ecologia)
- Ciências Matemáticas – (vários ramos da Engenharia)
- Ciências Sociais – (Filosofia – História – Antropologia – Sociologia – Direito)
- Educação – (Pedagogia – Antropologia)
- Ciências da Saúde
- Ciências Econômicas
- Turismo e Hotelaria,
- Engenharia de Pesca

Assim se expressa o prof. Jorge Calmon:

“As condições geopolíticas, geográficas, climáticas e até biotecnológicas indicam que nosso país pode se transformar em celeiro do mundo”.

Importante salientar que os representantes das comunidades (local e acadêmica) dos municípios de Salvador e Camaçari, integrantes desse pólo universitário, quando da aplicação dos questionários, sugeriram a implantação dos seguintes cursos de nível superior, já citados no capítulo X do volume I:

- Medicina - Salvador

- Direito - Salvador
- Odontologia - Salvador
- Jornalismo - Salvador
- Educação Física - Salvador
- Letras Vernáculas - Salvador
- Engenharia de Automação - Camaçari
- Engenharia Elétrica - Camaçari
- Engenharia Mecânica - Camaçari
- Engenharia Química - Camaçari
- Ecologia - Camaçari
- Psicologia - Camaçari
- Turismo e Hotelaria - Camaçari
- Pedagogia - Camaçari
- Odontologia - Camaçari
- Ciências da Computação - Camaçari

4.2.2 - Municípios do Pólo Universitário

Salvador, capital do Estado da Bahia, apresenta-se como sede do pólo da Universidade “B”, cuja espacialidade é composta por cento e um municípios, de acordo com a discriminação a seguir, cuja numeração que os antecede, corresponde à área da figura n.º 108, item 4.2.4:

1. Acajutiba
2. Adustina
3. Água Fria
4. Alagoinhas
5. Amargosa
6. Amélia Rodrigues
7. Antas
8. Antônio Cardoso
9. Aporá
10. Araçás
11. Aramari
12. Aratuípe
13. Banzaê
14. Biritinga
15. Cabaceiras do Paraguaçu
16. Cachoeira
17. Cairu

18. Camaçari
19. Candeias
20. Canudos
21. Cardeal da Silva
22. Catu
23. Cícero Dantas
24. Cipó
25. Conceição de Feira
26. Conceição do Almeida
27. Conceição do Jacuípe
28. Conde
29. Coração de Maria
30. Coronel João Sá
31. Crisópolis
32. Cruz das Almas
33. Dias D'Ávila
34. Dom Macedo Costa
35. Entre Rios
36. Esplanada
37. Euclides da Cunha
38. Fátima
39. Glória
40. Governador Mangabeira
41. Heliópolis
42. Inhambupe
43. Iará
44. Itanagra
45. Itaparica
46. Itapicuru
47. Jaguaripe
48. Jandaíra
49. Jeremoabo
50. Jiquiriçá
51. Laje
52. Lauro de Freitas
53. Macururé
54. Madre de Deus
55. Maragogipe
56. Mata de São João
57. Muniz Ferreira

58. Muritiba
59. Mutuípe
60. Nazaré
61. Nova Soure
62. Novo Triunfo
63. Olindina
64. Ouriçangas
65. Paripiranga
66. Paulo Afonso
67. Pedrão
68. Pedro Alexandre
69. Pojuca
70. Pres. Tancredo Neves
71. Quijingue
72. Ribeira do Amparo
73. Ribeira do Pombal
74. Rio Real
75. Rodelas
76. Salinas da Margarida
77. Salvador
78. Santa Brígida
79. Santo Amaro
80. Santo Antônio de Jesus
81. Santo Estêvão
82. São Felipe
83. São Félix
84. São Francisco do Conde
85. São Gonçalo dos Campos
86. São Miguel das Matas
87. São Sebastião do Passé
88. Sapeaçu
89. Sátiro Dias
90. Saubara
91. Simões Filho
92. Sítio do Quinto
93. Taperoá
94. Teodoro Sampaio
95. Teofilândia
96. Terra Nova
97. Tucano

98. Ubaíra
99. Valença
100. Varzedo
101. Vera Cruz

Dentro da estrutura atual, os municípios abaixo citados já possuem *campus* com instalações em funcionamento:

- 04 - Alagoinhas
- 18 - Camaçari
- 20 - Canudos (Sítio Histórico e Memorial)
- 66 - Paulo Afonso
- 77 - Salvador (Sede)
- 79 - Santo Amaro
- 80 - Santo Antônio de Jesus
- 99 - Valença

4.2.3 Campi Iniciais Propostos

Dentro das mesmas bases ressaltadas no item 4.1.3, apresenta-se, a seguir, o rol de sete *campi* para esse pólo universitário:

- . Centro de Educação Superior em Salvador – CESS – *Campus I*
- . Instituto de Educação Superior em Alagoinhas – IESA – *Campus II*
- . Centro de Educação Superior em Santo Antônio de Jesus – CESSAJ
Campus III
- . Instituto de Educação Superior em Paulo Afonso – IESPA –
Campus IV
- . Instituto de Educação Superior em Valença – IESV – *Campus V*
- . Centro de Educação Superior em Santo Amaro – CESSA –
Campus VI
- . Instituto de Educação Superior em Camaçari – IESC – *Campus VII*
- . Sítio Histórico e Memorial em Canudos – SHMC – *Campus Especial*

4.2.4 - Mapa da Universidade - Figura n.º 08

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

4.3 Universidade “C”

4.3.1 - Abrangência Geo-Educacional - Especificidade

Observe-se a figura n.º 09, que corresponde à sugestão para a abrangência da Universidade Estadual C. Essa região estende-se do paralelo 12º 25’ ao 18º 56’, e da longitude 43º 04’ à 38º e 53’.

Entre os recursos naturais geológicos, encontram-se: rochas carboníferas do proterozóico médio; terrenos migmatíticos e granulíticos; rochas ornamentais; manganês, estanho, ametistas, etc.

A tipologia climática inscreve-se nos grupos: B4Ra’ o C2Da’ – próximo ao litoral leste e sul; C1d’A’ à C1Db’, no oeste e sudoeste, segundo Thornthwaite/Matter.

Quanto à hipsometria, no oeste registram-se altitudes inferiores a 400m, alternando-se para 400 a 800m, no sentido oeste, e “manchas” no interior – o “miolo” da Bahia, atingindo, em alguns pontos, mais de 1.200m.

As formas dominantes do relevo, são: os planaltos pré-litorâneo e litorâneo, depressões interplanálticas e o planalto sul-baiano.

Tal diversidade de climas, rochas e hipsometria geraram solos com horizonte incipiente ou câmbico e pequenas áreas de solos de manguezais.

Os recursos hídricos, provêm de várias bacias, destacando-se as do Paraguaçu, Contas, Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, além de afluentes da margem direita do Rio São Francisco.

A vegetação primária, de leste até ao sul, compõe-se da floresta ombrófila densa, que se alterna no sentido oeste com áreas de floresta decidual estacional, savana estépica e cerrado, além de trechos de tensão ecológica.

Quanto à economia, distinguem-se:

O bi-pólo Ilhéus/Itabuna tem a 3ª maior renda do Estado. A localização estratégica de elevado potencial agroecológico, equipamentos como porto, aeroporto, pólos industriais em expansão, Universidade, fazem desse bi-pólo centro polarizador de atividades econômicas diversificadas, incluindo-se as indústrias de informática e de calçados. A celulose, no Extremo Sul, incentivou o plantio de eucaliptos; a implantação de vários serviços servem de aporte às cidades turísticas e

ao comércio. O turismo é, atualmente, alternativa econômica muito importante, havendo mapeamento temático da região até o Extremo Sul, levando esse bi-pólo a classificar-se como o segundo maior pólo turístico do interior do Estado.

O Extremo Sul, grande em sua vocação turística (história e ecologia), além de desenvolver a pecuária, é importante pólo madeireiro, tendo implantado florestas de eucalipto. Na fruticultura há lavouras estruturadas para produzirem o ano todo, com o sistema de irrigação.

Vitória da Conquista, pólo comercial e de serviços, estende suas funções a outras regiões baianas e a Minas Gerais. Também há desenvolvimento da pecuária, cafeicultura e indústrias, colocando o município entre as dez maiores rendas do Estado.

Merecem destaque, igualmente:

Jequié – pólo da indústria têxtil, de calçados, produção pecuária, comércio e oferta de serviços em geral.

Itapetinga – maior produtor de leite do Estado.

Jaguaquara e Maracás – grandes produtores de hortifrutigranjeiros.

Guanambi e Brumado, na Serra Geral, são expressões da expansão econômica do sudoeste baiano, graças ao desenvolvimento da cotonicultura no vale do Iuiu, e da exploração mineral e sua transformação industrial, em Brumado.

Caetité, cidade cultural, deverá ter brevemente sua economia alavancada a partir dos insumos que receberá devido à exploração das jazidas de urânio.

Esses fluxos de progresso vêm gerando maior afluxo de habitantes, distinguindo-se as seguintes densidades demográficas: Itabuna e Ilhéus, no litoral sul, com 411,28 e 133,74 hab./km², respectivamente; Jequié 55,95; Jaguaquara 43,81; Itapetinga 33,72 hab./km², no sudoeste.

Note-se, entretanto: para que todos os outros municípios da região não fiquem asfixiados pela pobreza, inoperância e desconhecimento da ciência e da tecnologia, frutos da inteligência, do estudo e da pesquisa humana, coerentemente defende-se a expansão do Ensino Superior, através de uma terceira Universidade multicampi, a fim de que, governo e sociedade, cada qual desempenhe correta e plenamente seu papel como agente de mudanças, baseando-se em paradigmas éticos, políticos e sociais.

Para os cursos superiores nessa região, recomendam-se as seguintes opções:

- Ciências da Terra (Geologia)
- Educação
- Ciências Sociais
- Ciências Matemáticas
- Ciências da Saúde,
- Ciências Ambientais
- Administração
- Economia
- Engenharia Florestal

Por outro lado, quando da fase da aplicação dos questionários A e B, os representantes das comunidades (local e acadêmica) recomendaram para os municípios de Vitória da Conquista e Ilhéus, os cursos de formação superior, abaixo discriminados:

- Medicina - Vitória da Conquista
- Psicologia - Vitória da Conquista
- Fisioterapia - Vitória da Conquista
- Química - Vitória da Conquista
- Enfermagem - Vitória da Conquista
- Medicina - Ilhéus
- Educação Física - Ilhéus
- Turismo e Hotelaria - Ilhéus
- Psicologia - Ilhéus

4.3.2 Municípios do Polo Universitário

Os cento e sessenta e quatro municípios a seguir discriminados compõem o pólo da Universidade “C”, que tem como sede o município de Vitória da Conquista, cuja numeração que os precede corresponde à área constante da figura n.º 09, item 4.3.4:

1. Abaíra
2. Aiquara
3. Alcobaça
4. Almadina
5. Anagé
6. Apuarema

7. Aracatu
8. Arataca
9. Aurelino Leal
10. Barra da Estiva
11. Barra do Choça
12. Barra do Rocha
13. Barro Preto
14. Belmonte
15. Belo Campo
16. Boa Nova
17. Bom Jesus da Serra
18. Boninal
19. Botuporã
20. Brejões
21. Brumado
22. Buerarema
23. Caatiba
24. Caculé
25. Caetanos
26. Caetité
27. Camacã
28. Camamu
29. Canavieiras
30. Candiba
31. Cândido Sales
32. Caraíbas
33. Caravelas
34. Caturama
35. Coaraci
36. Condeúba
37. Contendas do Sincorá
38. Cordeiros
39. Cravolândia
40. Dário Meira
41. Dom Basílio
42. Encruzilhada
43. Érico Cardoso
44. Eunápolis
45. Firmino Alves
46. Floresta Azul

47. Gandu
48. Gongoji
49. Guajeru
50. Guanambi
51. Guaratinga
52. Ibiassucê
53. Ibicará
54. Ibicoara
55. Ibicuí
56. Ibipitanga
57. Ibirapitanga
58. Ibirapoã
59. Ibirataia
60. Ibitiara
61. Igaporã
62. Igrapiúna
63. Iguai
64. Ilhéus
65. Ipiauí
66. Irajuba
67. Iramaia
68. Itabela
69. Itabuna
70. Itacaré
71. Itaetê
72. Itagi
73. Itagibá
74. Itagimirim
75. Itaju do Colônia
76. Itajuípe
77. Itamaraju
78. Itamari
79. Itambé
80. Itanhém
81. Itapé
82. Itapebi
83. Itapetinga
84. Itapitanga
85. Itaquara
86. Itarantim

87. Itiruçu
88. Itororó
89. Ituaçu
90. Ituberá
91. Iuiú
92. Jacaraci
93. Jaguaquara
94. Jequié
95. Jitauna
96. Jucuruçu
97. Jussari
98. Jussiape
99. Lafayette Coutinho
100. Lagedo do Tabocal
101. Lagoa Real
102. Lajedão
103. Licínio de Almeida
104. Livramento de Nossa Senhora
105. Macarani
106. Macaúbas
107. Maetinga
108. Maiquinique
109. Malhado de Pedras
110. Manoel Vitorino
111. Maracás
112. Maraú
113. Marcionílio Souza
114. Mascote
115. Matina
116. Medeiros Neto
117. Mirante
118. Mortugaba
119. Mucugê
120. Mucuri
121. Nilo Peçanha
122. Nova Canaã
123. Nova Ibiá
124. Nova Itarana
125. Nova Viçosa
126. Novo Horizonte

127. Palmas de Monte Alto
128. Paramirim
129. Pau Brasil
130. Piatã
131. Pindaí
132. Piraí do Norte
133. Piripá
134. Planaltino
135. Planalto
136. Poções
137. Porto Seguro
138. Potiraguá
139. Prado
140. Pres. Jânio Quadros
141. Riacho de Santana
142. Ribeirão do Largo
143. Rio de Contas
144. Rio do Antônio
145. Rio do Pires
146. Santa Cruz Cabralia
147. Santa Cruz da Vitória
148. Santa Inês
149. Santa Luzia
150. São José da Vitória
151. Sebastião Laranjeira
152. Tanhaçu
153. Tanque Novo
154. Teixeira de Freitas
155. Teolândia
156. Tremedal
157. Ubaitaba
158. Ubatã
159. Una
160. Urandi
161. Uruçuca
162. Vereda
163. Vitória da Conquista
164. Wenceslau Guimarães

Dentre as cidades desse pólo, os municípios abaixo arrolados já contam com *campus* em pleno funcionamento, em conformidade com a atual estrutura:

- 26 - Caetité
- 44 - Eunápolis
- 50 - Guanambi
- 64 - Ilhéus
- 83 - Itapetinga
- 94 - Jequié
- 154 - Teixeira de Freitas
- 163 - Vitória da Conquista (Sede)

4.3.3 Campi Iniciais Propostos

A Universidade em foco, inicialmente, compõe-se de oito *campi* abaixo descritos:

- . Instituto de Educação Superior em Vitória da Conquista – IESVC
Campus I
- . Centro de Educação Superior em Ilhéus – CESI – *Campus II*
- . Centro de Educação Superior em Jequié – CESJ – *Campus III*
- . Instituto de Educação Superior em Itapetinga – IESI - *Campus IV*
- . Instituto de Educação Superior em Caetité – IESC – *Campus V*
- . Centro de Educação Superior em Teixeira de Freitas – CESTF –
Campus VI
- . Centro de Educação Superior em Guanambi – CESG – *Campus VII*
- . Instituto de Educação Superior em Eunápolis – IESE – *Campus VIII*

4.3.4 Mapa da Universidade - Figura n.º 09

concertar

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

4.4 Universidade “D”

4.4.1 Abrangência Geo-Educacional - Especificidade

Está representada na figura n.º 10 a área demarcada para a 4ª Universidade Multicampi Estadual, conforme o projeto em análise.

Estende-se pela Lat. S. de 08° 46’ – ao norte da Região, até à 43° 33’, ao Sul. De leste a Oeste, é limitada pelas Long. 40° 38’ e 46° 56’.

Os municípios compreendidos nesta vasta extensão compõem áreas das seguintes regiões geo-econômicas: Baixo Médio São Francisco; Médio São Francisco, Oeste.

Quanto à Geologia, sobressaem a cobertura detrítica terciária, bacias sedimentares do fanerozóico; o subgrupo São Francisco, do proterozóico superior; terrenos granulíticos e migmatíticos.

Na tipologia climática encontram-se os grupos: B1’Wa’, C1d’A’, C1w2A’, C2Wa’, e o DdA’. – segundo a classificação de Thoorntwait.

A hipsometria registra domínio das altitudes entre 400 e 800m., com manchas de 800 a 1200m. Conseqüentemente, os relevos dominantes, são: o Chapadão Ocidental do São Francisco e as depressões periféricas e interplanálticas.

Os solos apresentam horizonte B textural, o latossólico e o espódico. As condições agrícolas das terras classificam-se como de aptidão regular para a lavoura, em 45% da área; e de aptidão variável, entre regular e restrita, em trechos menores.

Os recursos hídricos importantes encontram-se, principalmente, na margem esquerda do Rio São Francisco. Conta, também, com a grande represa do Sobradinho, ao norte da Região, cuja potência, atualmente, é de 1.050 MW.

Na década de 70, iniciou-se o processo de expansão das fronteiras agrícolas na direção do Centro-Oeste, que passou a grande produtor de grãos, particularmente a soja, e à fruticultura de exportação.

Desenvolveram-se então, os municípios que hoje são os dois maiores pólos agroindustriais baianos: Juazeiro – tradicionalmente comercial e ofertante de serviços – o “portal do Nordeste”, que polariza um conjunto de cidades e recebe

alto fluxo migratório. Como exportador de frutas, é dos mais dinâmicos. Atualmente inicia a cultura da cana-de-açúcar em lavouras extensivas.

Barreiras – atraiu migrantes do sul baiano, centralizou a comercialização e a industrialização, tornou-se o maior pólo urbano do oeste, exercendo sua influência além fronteiras estaduais, após haver introduzido a cultura de olerícolas e o processo de agricultura irrigada.

A economia comprova que essa área, capitalizando o “boom” da produção, expandiu-se graças à moderna tecnologia adotada.

O desenvolvimento da área do município de Barreiras certamente acarretará mais rápido desenvolvimento ao Centro-Oeste, pela formação de um bi-pólo que se completará em suas especialidades econômicas e sociais.

Bom Jesus da Lapa, considerada mancha econômica de relativo peso, embora mais isolada em função da baixa densidade demográfica, distingue-se pelo turismo religioso e os serviços de hotelaria, além da pesca na bacia do São Francisco, mas dando continuidade às práticas agrícolas.

É indispensável, entretanto, maior atendimento às demandas pelo Ensino Superior, para que essas cidades não se constituam enclaves econômicos em suas regiões, mas possam gerar um movimento expansionista para outros municípios.

O progresso até hoje advindo também é consequência da posição privilegiada local – no caso de Barreiras, e a localização de Juazeiro, às margens do São Francisco, onde há farta oferta de água e um alto índice de ensolejamento . Entretanto, insiste-se que, se não houver a intervenção educacional no homem – criador da ciência, dono do poder, utilizador dos serviços, não poderá alcançar, em profundidade e em permanência, os efeitos desses surtos de progresso, nem expandi-los, para que não continue a haver monopolização dos recursos públicos, pois o desequilíbrio que se instaura é cumulativo.

Observadas as características regionais, recomendam-se para as Unidades deste pólo a serem criadas, a implantação dos cursos nas áreas de:

- Educação
- Ciências da Terra
- Ciências Sociais
- Ciências Empresariais
- Engenharia de Pesca
- Turismo e Hotelaria

Convém ressaltar, que os representantes das comunidades (local e acadêmica), integrantes do contingente da amostra desta investigação, sugeriram para o município de Juazeiro, que faz parte desse pólo universitário, a implantação dos seguintes cursos:

- Engenharia de Alimentos
- Enfermagem
- Ciências Contábeis
- Odontologia
- Zootecnia
- Medicina Veterinária
- Agrimensura
- Engenharia Florestal

4.4.2 - Municípios do Polo Universitário

A cidade de Barreiras está proposta como sendo a sede do pólo da Universidade “D”, cuja delimitação territorial está composta por quarenta e quatro municípios, de acordo com o rol apresentado a seguir. A numeração que os precede, refere-se à área constante da figura n.º 10, item 4.4.4:

1. Angical
2. Baianópolis
3. Barra
4. Barreiras
5. Bom Jesus da Lapa
6. Brejolândia
7. Buritirama
8. Campo Alegre de Lourdes
9. Canápolis
10. Carinhanha
11. Casa Nova
12. Catolândia
13. Côcos
14. Coribe
15. Correntina
16. Cotegipe
17. Cristópolis
18. Feira da Mata
19. Formosa do Rio Preto

20. Ibotirama
21. Jaborandi
22. Juazeiro
23. Luís Eduardo Magalhães
24. Malhada
25. Mansidão
26. Morpará
27. Muquém do São Francisco
28. Paratinga
29. Pilão Arcado
30. Remanso
31. Riachão das Neves
32. Santa Maria da Vitória
33. Santa Rita de Cássia
34. Santana
35. São Desidério
36. São Félix do Coribe
37. Sento Sé
38. Serra do Ramalho
39. Serra Dourada
40. Sítio do Mato
41. Sobradinho
42. Tabocas do Brejo Velho
43. Wanderley
44. Xique-Xique

Na extensa área territorial, que tem como limite do pólo o Rio São Francisco, já funcionam três *campi* na estrutura vigente, a saber:

- 04 - Barreiras (Sede)
- 05 - Bom Jesus da Lapa
- 22 - Juazeiro

4.4.3 *Campi* Iniciais Propostos

Apresentam-se, a seguir, os três *campi* que comporão esse pólo universitário, conforme ressalvas no item 4.2.3:

- . Instituto de Educação Superior em Barreiras – IESB – *Campus* I
- . Centro de Educação Superior em Juazeiro – CESJ – *Campus* II

. Centro de Educação Superior em Bom Jesus da Lapa – CESMJL –
Campus III

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

4.4.4 - Mapa da Universidade - Figura n.º 10

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

4.5 Configuração das Universidades Segundo Fatores Geo-Político-Econômico-Sociais

Cada elemento de uma paisagem é objeto não só da Geografia, como da Sociologia, Ciências da Natureza, Política, Estatística, etc., mas conservando a “disciplina dos espaços terrestres”, como observou *Max Sorre*.

Havendo a interdependência de todos os pontos do ecúmeno, não se pode excluir os fatores humanos de seu contexto físico e vivo, surgindo, então, a consciência da unidade do universo terrestre.

Embora submetido ao meio, adaptando-se a suas exigências, o homem recria, continuamente, seu próprio meio, através das quatro características que o distinguem: perspicácia (ubiquidade), desenvolvimento mental, mobilidade e sociabilidade.

Fundamentado nessa compreensão do ambiente físico e social, apresentam-se os quadros de números 04 a 07, a seguir, cujos itens refletem o interesse na abordagem dos vários aspectos indispensáveis à compreensão do meio em que se desenvolve, ou poderá vir a desenvolver-se, o problema educacional de nível superior.

Aspectos demonstrados:

Geográfico (físico) - Região - Área

Geo-Político - Municipalismo

Paisagem humana - População - Densidade demográfica

Econômico - Índice de desenvolvimento econômico - IDE

Social - Índice de desenvolvimento social - IDS

Geodésico - Distância entre duas cidades, medida sobre uma geodésica que passa por eles.

Histórico/Antropológico-Transformações regionais onde a ação do homem é a principal, aproveitando condições ambientais importantes, como o Rio São Francisco no pólo da Universidade “D”, por exemplo.

4.5.1 Configuração da Universidade “A” Segundo Fatores Geo-Político-Econômico-Social – Quadro n.º 04

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
01	Nordeste	Abaré	1.701,0	12.922	7,60	168°	190°	471,00
02	Irecê	América Dourada	748,1	13.476	18,01	258°	337°	314,00
03	Chapada Diamantina	Andaraí	1.902,4	18.039	9,48	337°	103°	-----
04	Piemonte da Diamantina	Andorinha	1.212,5	17.631	14,54	355°	182°	310,00
05	Paraguaçu	Anguera	170,8	8.725	51,08	365°	413°	39,00
06	Piemonte da Diamantina	Antônio Gonçalves	317,4	13.792	43,45	305°	298°	318,00
07	Nordeste	Araci	1.576,3	57.649	36,57	186°	102°	105,00
08	Paraguaçu	Baixa Grande	986,4	20.986	21,28	270°	263°	146,00
09	Irecê	Barra do Mendes	1.640,6	11.617	7,08	150°	236°	420,00
10	Irecê	Barro Alto	386,1	10.215	26,46	311°	361°	438,00
11	Nordeste	Barrocas	203,1	7.913	7,16	405°	416°	85,00
12	Paraguaçu	Boa Vista do Tupim	2.640,1	18.656	7,07	241°	203°	207,00
13	Chapada Diamantina	Bonito	5.396,0	16.257	30,13	338°	201°	500,00
14	Chapada Diamantina	Boquira	1.570,1	21.552	13,73	234°	250°	544,00
15	Chapada Diamantina	Brotas de Macaúbas	2.343,5	13.861	5,91	349°	411°	507,00
16	Piemonte da Diamantina	Caém	499,5	17.239	34,51	318°	251°	232,00
17	Irecê	Cafarnaum	1.075,0	14.439	13,43	225°	290°	333,00
18	Piemonte da Diamantina	Caldeirão Grande	497,9	16.357	32,85	399°	369°	252,00
19	Piemonte da Diamantina	Campo Formoso	6.836,6	55.887	8,18	64°	50°	294,00
20	Irecê	Canarana	657,3	21.241	32,32	218°	240°	417,00
21	Paraguaçu	Candeal	456,2	8.935	19,59	358°	409°	39,00
22	Nordeste	Cansanção	1.325,0	31.272	23,60	163°	105°	241,00
23	Paraguaçu	Capela do Alto Alegre	658,2	10.728	16,30	174°	296°	117,00
24	Piemonte da Diamantina	Capim Grosso	351,5	30.343	86,32	139°	171°	225,00
25	Recôncavo Sul	Castro Alves	767,3	27.081	35,29	157°	154°	135,00
26	Irecê	Central	367,9	12.860	34,96	229°	328°	388,00
27	Nordeste	Chorrochó	2.658,9	9.276	3,49	328°	403°	419,00
28	Nordeste	Conceição do Coité	1.090,5	51.405	47,14	48°	40°	104,00
29	Baixo M. S Francisco	Curaçá	6.476,0	25.455	3,93	134°	71°	489,00
30	Recôncavo Sul	Elísio Medrado	200,3	7.986	39,87	244°	297°	179,00
31	Paraguaçu	FEIRA DE SANTANA	1.338,1	479.992	358,71	5°	4°	-----
32	Piemonte da Diamantina	Filadélfia	566,2	18.747	33,11	356°	364°	233,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 04

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
33	Paraguaçu	Gavião	336,8	4.469	13,27	344°	412°	133,00
34	Irecê	Gentio do Ouro	3.685,8	8.401	2,28	330°	398°	566,00
35	Paraguaçu	Iaçu	2.452,1	28.849	11,77	164°	259°	188,00
36	Irecê	Ibipeba	1.103,6	13.053	11,83	193°	193°	-----
37	Paraguaçu	Ibiquera	1.014,7	4.097	4,04	353°	346°	256,00
38	Irecê	Ibititá	597,2	16.883	28,27	146°	191°	388,00
39	Paraguaçu	Ichu	128,5	10.906	84,87	309°	377°	52,00
40	Paraguaçu	Ipecaetá	395,4	17.972	45,45	312°	202°	55,00
41	Paraguaçu	Ipirá	3.035,4	63.299	20,85	133°	93°	95,00
42	Chapada Diamantina	Ipupiara	1.335,4	8.691	6,51	295°	407°	530,00
43	Chapada Diamantina	Iraquara	803,5	18.775	23,37	267°	327°	347,00
44	Irecê	Irecê	336,8	52.756	156,64	19°	35°	358,00
45	Paraguaçu	Itaberaba	2.366,1	58.598	24,77	41°	45°	158,00
46	Irecê	Itaguaçu da Bahia	4.588,3	11.955	2,61	378°	278°	425,00
47	Recôncavo Sul	Itatim	576,4	12.798	22,20	324°	276°	103,00
48	Piemonte da Diamantina	Itiúba	1.737,8	35.130	20,22	202°	129°	253,00
49	Piemonte da Diamantina	Jacobina	2.328,9	96.131	41,28	30°	23°	228,00
50	Piemonte da Diamantina	Jaguarari	2.758,0	41.984	16,29	135°	140°	290,00
51	Irecê	João Dourado	988,0	16.394	16,59	108°	176°	337,00
52	Irecê	Jussara	7.963,0	11.874	14,91	290°	378°	450,00
53	Paraguaçu	Lajedinho	810,4	3.915	4,83	276°	186°	251,00
54	Nordeste	Lamarão	283,2	10.115	35,72	377°	340°	69,00
55	Irecê	Lapão	645,0	22.284	34,55	167°	165°	368,00
56	Chapada Diamantina	Lençóis	1.245,1	10.655	8,56	206°	342°	303,00
57	Paraguaçu	Macajuba	709,9	10.823	15,25	245°	267°	175,00
58	Paraguaçu	Mairi	909,3	17.399	19,13	192°	220°	178,00
59	Piemonte da Diamantina	Miguel Calmon	1.471,2	36.122	24,55	264°	134°	257,00
60	Recôncavo Sul	Milagres	309,0	13.564	43,90	226°	207°	124,00
61	Piemonte da Diamantina	Mirangaba	1.960,3	19.215	9,80	322°	252°	249,00
62	Nordeste	Monte Santo	3.298,4	53.043	16,08	303°	111°	275,00
63	Piemonte da Diamantina	Morro do Chapéu	5.513,4	32.278	5,85	123°	148°	277,00
64	Irecê	Mulungu do Morro	519,6	15.081	29,02	383°	310°	451,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 04

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
65	Paraguaçu	Mundo Novo	151,9	19.868	13,23	200°	228°	188,00
66	Nordeste	Nordestina	473,0	11.409	24,13	373°	341°	241,00
67	Paraguaçu	Nova Fátima	373,0	6.261	16,79	292°	303°	110,00
68	Chapada Diamantina	Nova Redenção	513,0	14.168	27,62	406°	406°	286,00
69	Chapada Diamantina	Oliveira dos Brejinhos	3.586,7	21.435	5,98	336°	331°	490,00
70	Piemonte da Diamantina	Ourolândia	1.281,1	15.883	12,40	381°	282°	293,00
71	Chapada Diamantina	Palmeiras	698,4	11.093	15,88	238°	384°	331,00
72	Paraguaçu	Pé de Serra	560,7	11.564	20,62	313°	370°	86,00
73	Piemonte	Pindobaçu	529,9	24.781	46,77	334°	363°	295,00
74	Paraguaçu	Pintadas	531,4	10.281	19,35	286°	362°	190,00
75	Paraguaçu	Piritiba	999,5	17.957	18,06	220°	245°	204,00
76	Piemonte	Ponto Novo	467,1	18.650	39,93	400°	343°	219,00
77	Irecê	Presidente Dutra	284,7	11.645	40,90	224°	356°	380,00
78	Nordeste	Queimadas	2.106,0	24.648	11,70	173°	161°	199,00
79	Piemonte da Diamantina	Quixabeira	369,6	15.349	41,53	415°	405°	200,00
80	Paraguaçu	Rafael Jambeiro	1.239,1	19.973	16,12	263°	324°	103,00
81	Nordeste	Retirolândia	204,5	11.707	57,25	294°	205°	124,00
82	Paraguaçu	Riachão do Jacuípe	1.203,7	28.688	23,83	90°	145°	75,00
83	Paraguaçu	Ruy Barbosa	2.137,2	27.132	12,70	183°	82°	200,00
84	Paraguaçu	Santa Bárbara	326,1	17.890	54,86	97°	79°	32,00
85	Recôncavo Sul	Santa Terezinha	713,1	9.032	12,67	257°	380°	123,00
86	Nordeste	Santaluz	1.604,0	31.184	19,45	74°	84°	157,00
87	Paraguaçu	Santanópolis	212,2	7.636	35,98	322°	300°	23,00
88	Nordeste	São Domingos	252,1	7.375	29,25	308°	312°	148,00
89	Irecê	São Gabriel	1.229,1	18.338	14,92	278°	392°	362,00
90	Piemonte da Diamantina	São José do Jacuípe	370,7	17.391	46,91	390°	339°	209,00
91	Piemonte da Diamantina	Saúde	501,7	19.609	39,09	317°	359°	271,00
92	Chapada Diamantina	Seabra	2.658,2	42.398	15,95	96°	118°	369,00
93	Piemonte da Diamantina	Senhor de Bonfim	820,0	85.545	104,32	51°	36°	266,00
94	Paraguaçu	Serra Preta	540,9	15.439	28,54	269°	355°	54,00
95	Nordeste	Serrinha	808,7	81.910	101,29	46°	42°	67,00
96	Piemonte da Diamantina	Serrolândia	375,2	12.983	34,60	271°	386°	229,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 04

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
97	Chapada Diamantina	Souto Soares	1.100,3	18.816	17,10	392°	402°	366,00
98	Paraguaçu	Tanquinho	215,5	6.819	31,64	171°	314°	38,00
99	Paraguaçu	Tapiramutá	666,5	13.906	20,86	151°	243°	241,00
100	Nordeste	Uauá	962,8	23.841	8,05	180°	222°	316,00
101	Irecê	Uibaí	518,5	13.194	25,45	223°	350°	393,00
102	Piemonte da Diamantina	Umburanas	1.820,0	17.570	9,65	410°	387°	465,00
103	Chapada Diamantina	Utinga	720,2	18.600	25,83	198°	242°	568,00
104	Nordeste	Valente	372,5	17.571	47,17	79°	163°	137,00
105	Paraguaçu	Várzea da Roça	551,5	14.389	26,09	310°	399°	190,00
106	Piemonte da Diamantina	Várzea do Poço	221,3	11.860	53,59	279°	380°	211,00
107	Piemonte da Diamantina	Várzea Nova	1.169,9	11.218	9,59	222°	336°	291,00
108	Chapada Diamantina	Wagner	417,5	9.651	23,12	247°	330°	277,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

4.5.2 Configuração da Universidade “B” Segundo Fatores Geo-Político-Econômico-Social – Quadro n.º 05

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
01	Litoral Norte	Acajutiba	268,5	13.323	49,62	231	200	179,30
02	Nordeste	Adustina	636,0	10.721	16,86	260	99	344,80
03	Nordeste	Água Fria	71,0	14.278	20,11	293	295	148,50
04	Litoral Norte	Alagoinhas	736,8	126.820	172,12	21	17	119,00
05	Recôncavo Sul	Amargosa	437,6	31.737	72,53	50	108	235,50
06	Paraguaçu	Amélia Rodrigues	153,2	24.235	158,22	32	32	80,00
07	Nordeste	Antas	289,1	10.062	34,80	130	253	345,70
08	Paraguaçu	Antônio Cardoso	295,1	10.988	37,23	326	238	139,00
09	Litoral Norte	Aporá	736,8	126.820	22,47	307	270	166,30
10	Litoral Norte	Araçás	421,6	12.632	29,96	346	320	130,60
11	Litoral Norte	Aramari	332,7	9.812	29,49	213	335	117,70
12	Recôncavo Sul	Aratuípe	177,7	8.576	48,26	341	349	221,80
13	Nordeste	Banzaê	213,1	9.650	45,28	369	237	296,00
14	Nordeste	Biritinga	594,7	12.539	21,08	227	225	194,30
15	Recôncavo Sul	Cabaceiras do Paraguaçu	214,4	14.920	69,59	364	151	149,80
16	Recôncavo Sul	Cachoeira	400,0	31.448	78,62	53	62	109,80
17	Litoral Sul	Cairu	452,9	7.483	16,52	111	172	307,10
18	Metropolitano de Salvador	Camaçari	762,7	149.146	195,55	2	2	41,10
19	Metropolitano de Salvador	Candeias	265,5	70.153	264,23	11	8	461,00
20	Nordeste	Canudos	3.000,6	19.469	6,49	261	381	410,00
21	Litoral Norte	Cardeal da Silva	195,7	8.013	40,95	219	316	153,30
22	Litoral Norte	Catu	520,0	49.108	94,44	12	16	77,60
23	Nordeste	Cícero Dantas	726,6	29.454	40,54	88	95	301,70
24	Nordeste	Cipó	165,3	13.373	80,90	152	347	241,50
25	Paraguaçu	Conceição da Feira	160,3	17.809	111,10	62	126	119,40
26	Recôncavo Sul	Conceição do Almeida	291,1	20.385	70,03	110	142	158,30
27	Paraguaçu	Conceição do Jacuípe	145,1	25.109	173,05	42	51	94,50
28	Litoral Norte	Conde	954,4	21.092	22,10	119	143	155,00
29	Paraguaçu	Coração de Maria	358,7	22.678	63,22	179	256	103,80
30	Nordeste	Cel. João Sá	850,3	21.477	25,26	386	272	440,30
31	Nordeste	Crisópolis	464,9	16.911	36,38	161	195	215,50

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 05

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
32	Recôncavo Sul	Cruz das Almas	173,9	51.581	296,61	25	33	146,00
33	Metropolitana de Salvador	Dias D'Ávila	208,3	42.603	204,53	8	12	45,00
34	Recôncavo Sul	D. Macedo Costa	91,6	3.290	65,92	263	332	179,60
35	Litoral Norte	Entre Rios	1.169,3	36.382	31,11	57	88	133,80
36	Litoral Norte	Esplanada	1.408,5	28.559	20,28	49	89	160,30
37	Nordeste	Euclides da Cunha	2.383,8	47.298	19,84	91	74	314,60
38	Nordeste	Fátima	297,5	17.941	60,31	329	210	332,00
39	Nordeste	Glória	1.282,1	13.661	10,66	233	227	458,80
40	Recôncavo Sul	Governador Mangabeira	94,7	15.068	159,11	159	137	131,80
41	Nordeste	Heliópolis	313,2	12.619	40,29	350	348	300,00
42	Litoral Norte	Inhambupe	1.250,0	26.191	20,95	67	64	153,20
43	Paraguaçu	Irará	271,7	25.531	93,97	113	112	128,50
44	Litoral Norte	Itanagra	454,1	4.054	8,93	197	322	103,10
45	Metropolitana de Salvador	Itaparica	116,4	20.280	174,23	38	91	285,00
46	Nordeste	Itapicuru	1.552,5	24.194	15,58	283	119	215,30
47	Recôncavo Sul	Jaguaripe	894,8	13.390	14,96	273	226	239,60
48	Litoral Norte	Jandaíra	646,8	9.162	14,17	132	164	202,00
49	Nordeste	Jeremoabo	4.788,4	31.421	16,56	149	138	371,00
50	Recôncavo Sul	Jiquiriçá	237,2	15.302	64,51	186	214	251,60
51	Recôncavo Sul	Laje	499,4	20.308	40,66	106	130	228,10
52	Metropolitana de Salvador	Lauro de Freitas	60,0	109,236	182,60	9	11	22,00
53	Nordeste	Macururé	2.288,2	7.280	318,00	387	415	469,50
54	Metropolitana de Salvador	Madre de Deus	11,2	10.324	921,79	78	117	70,40
55	Recôncavo Sul	Maragogipe	437,8	33.850	77,32	142	121	133,20
56	Litoral Norte	Mata de São João	683,5	33.728	49,35	34	58	56,00
57	Recôncavo Sul	Muniz Ferreira	115,4	7.003	60,60	147	305	202,60
58	Recôncavo Sul	Muritiba	111,0	30.443	274,26	69	124	114,50
59	Recôncavo Sul	Mutuípe	274,4	18.217	66,39	73	115	241,00
60	Recôncavo Sul	Nazaré	257,3	23.649	91,91	39	73	216,20

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 05

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
61	Nordeste	Nova Soure	672,0	21.609	32,16	118	131	225,00
62	Nordeste	Novo Triunfo	139,7	14.885	106,55	402	301	360,00
63	Nordeste	Olindina	540,4	23.424	43,35	136	166	202,10
64	Litoral Norte	Ouriçangas	169,8	7.711	45,41	296	357	137,60
65	Nordeste	Paripiranga	436,6	26.799	61,38	98	90	364,20
66	Nordeste	Paulo Afonso	1.700,4	97.291	57,22	18	19	449,60
67	Litoral Norte	Pedrao	149,2	7.312	49,01	266	299	135,50
68	Nordeste	Pedro Alexandre	1.146,3	15.307	13,35	389	396	422,60
69	Litoral Norte	Pojuca	280,8	24.363	86,76	14	28	67,00
70	Litoral Sul	Pres. Tancredo Neves	415,7	16.524	39,95	339	135	261,00
71	Nordeste	Quijingue	1.276,2	23.751	18,61	352	157	333,20
72	Nordeste	Ribeira do Amparo	658,8	11.899	18,06	385	404	254,30
73	Nordeste	Ribeira do Pombal	816,0	41.825	51,26	81	76	270,80
74	Litoral Norte	Rio Real	736,9	31.465	42,70	71	39	202,50
75	Nordeste	Rodelas	2.585,9	5.933	229,0	181	400	540,30
76	Recôncavo Sul	Salinas da Margarida	148,9	10.796	72,51	128	313	229,00
77	Metropolitana de Salvador	SALVADOR	709,5	2.302.832	3.245,71	1	1	-----
78	Nordeste	Santa Brígida	852,6	19.280	102,61	359	293	424,20
79	Recôncavo Sul	Santo Amaro	524,0	58.555	111,75	33	30	71,20
80	Recôncavo Sul	Sto. Antônio de Jesus	252,9	80.823	319,58	17	20	185,50
81	Paraguaçu	Santo Estevão	366,5	40.857	111,48	127	127	147,90
82	Recôncavo Sul	São Felipe	198,7	20.289	102,11	191	229	177,90
83	Recôncavo Sul	São Felix	95,9	13.655	142,39	175	156	110,40
84	Metropolitana de Salvador	São Francisco do Conde	267,6	27.318	102,09	3	3	66,00
85	Paraguaçu	São Gonçalo dos Campos	295,5	27.181	91,98	66	65	108,40
86	Recôncavo Sul	São Miguel das Matas	208,1	10.421	50,08	332	307	224,00
87	Litoral Norte	São Sebastião do Passé	553,4	39.933	72,16	29	44	58,40
88	Recôncavo Sul	Sapeaçu	102,2	15.432	151,00	60	104	156,00
89	Litoral Norte	Sátiro Dias	688,6	17.281	25,10	228	177	205,90

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 05

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
90	Recôncavo Sul	Saubara	159,6	10.196	63,88	306	379	96,00
91	Metropolitana do Salvador	Simões Filho	193,0	81.306	421,27	4	5	21,70
92	Nordeste	Sítio do Quinto	671,4	15.488	23,07	374	216	405,00
93	Litoral Sul	Taperoá	410,1	21.020	51,26	189	128	282,00
94	Paraguaçu	Teodoro Sampaio	230,2	8.062	35,02	109	185	88,80
95	Nordeste	Teofilândia	266,9	18.825	70,53	87	37	193,60
96	Paraguaçu	Terra Nova	157,0	13.477	85,84	89	75	83,00
97	Nordeste	Tucano	3.214,8	41.760	12,99	155	122	256,80
98	Recôncavo Sul	Ubaíra	765,3	29.852	39,01	209	159	264,40
99	Litoral Sul	Valença	1.195,6	83.889	70,16	44	26	261,60
100	Recôncavo Sul	Varzedo	168,4	8.839	52,49	333	288	200,00
101	Metropolitana do Salvador	Vera Cruz	474,6	31.043	65,45	20	55	6,40

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

4.5.3 Configuração da Universidade “C” Segundo Fatores Geo-Político-Econômico-Social – Quadro n.º 06

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
01	Chapada Diamantina	Abaíra	580,6	14.302	24,63	325	206	318,00
02	Litoral Sul	Aiquara	195,9	6.785	34,64	297	247	204,00
03	Extremo Sul	Alcobaça	1.510,9	16.587	10,98	104	96	410,00
04	Litoral Sul	Almadina	247,8	7.229	29,17	319	255	307,00
05	Sudoeste	Anagé	1.859,3	45.225	24,32	337	103	51,00
06	Litoral Sul	Apuarema	151,3	11.237	74,27	397	258	220,00
07	Serra Geral	Aracatu	1.541,5	19.319	12,53	362	351	100,00
08	Litoral Sul	Arataca	397,5	10.895	27,41	60	150	312,00
09	Litoral Sul	Aurelino Leal	448,0	16.915	37,76	281	162	150,00
10	Chapada Diamantina	Barra da Estiva	1.407,4	23.252	16,52	214	109	177,00
11	Sudoeste	Barra do Choça	781,3	44.099	56,44	259	147	32,00
12	Litoral Sul	Barra do Rocha	193,3	7.896	40,85	315	244	226,00
13	Litoral Sul	Barro Preto	121,0	6.215	51,36	144	178	222,00
14	Extremo Sul	Belmonte	2.016,8	18.404	9,13	94	87	402,00
15	Sudoeste	Belo Campo	610,7	15.632	25,60	320	395	53,00
16	Sudoeste	Boa Nova	860,0	19.535	22,72	300	264	105,00
17	Sudoeste	Bom Jesus da Serra	411,5	13.372	32,50	408	373	96,00
18	Chapada Diamantina	Boninal	851,1	13.845	16,27	342	375	411,00
19	Chapada Diamantina	Botuporã	554,6	13.806	24,89	321	389	301,00
20	Recôncavo Sul	Brejões	483,1	17.285	35,78	95	98	290,00
21	Serra Geral	Brumado	2.174,5	64.720	29,76	26	24	135,00
22	Litoral Sul	Buerarema	210,3	17.476	83,10	77	141	264,00
23	Sudoeste	Caatiba	658,0	16.322	24,81	340	292	70,00
24	Serra Geral	Caculé	688,3	23.149	33,63	101	149	241,00
25	Sudoeste	Caetanos	860,3	12.836	14,92	405	391	94,00
26	Serra Geral	Caetité	2.366,4	45.230	19,11	114	106	288,00
27	Litoral Sul	Camacã	635,2	30.892	48,63	31	43	311,00
28	Litoral Sul	Camamu	888,5	28.715	32,32	120	63	370,00
29	Litoral Sul	Canavieiras	1.380,5	35.406	25,65	56	59	306,00
30	Serra Geral	Candiba	399,4	12.435	31,13	274	271	376,00
31	Sudoeste	Cândido Sales	1.305,9	26.484	20,28	145	215	279,00
32	Sudoeste	Caraíbas	1.274,2	13.164	10,33	414	410	243,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 06

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
33	Extremo Sul	Caravelas	2.369,1	16.534	6,98	39	48	436,00
34	Chapada Diamantina	Caturama	648,6	11.712	18,06	412	394	282,00
35	Litoral Sul	Coaraci	297,9	24.456	82,09	61	92	287,00
36	Serra Geral	Condeúba	1.241,5	18.044	14,53	272	235	162,00
37	Serra Geral	Contendas do Sincorá	865,3	5.213	6,02	210	353	194,00
38	Serra Geral	Cordeiros	556,4	10.788	19,39	367	373	145,00
39	Sudoeste	Cravolândia	160,2	4.892	30,54	327	354	240,00
40	Litoral Sul	Dário Meira	401,8	17.039	42,41	331	304	148,00
41	Serra Geral	Dom Basílio	655,4	10.034	15,31	262	249	190,00
42	Sudoeste	Encruzilhada	2.048,2	34.795	16,99	304	181	232,00
43	Chapada Diamantina	Érico Cardoso	704,0	8.844	12,56	275	197	283,00
44	Extremo Sul	Eunápolis	1.197,3	96.610	80,69	22	21	241,00
45	Sudoeste	Firmino Alves	160,0	6.048	37,80	196	24	156,00
46	Litoral Sul	Floresta Azul	352,9	11.872	33,64	143	158	197,00
47	Litoral Sul	Gandu	230,0	32.958	143,30	47	67	273,00
48	Litoral Sul	Gongogi	199,1	12.227	61,41	302	333	253,00
49	Serra Geral	Guajeru	645,8	13.864	21,47	394	382	194,00
50	Serra Geral	Guanambi	1.264,5	71.301	56,39	23	34	349,00
51	Extremo Sul	Guaratinga	2.334,6	21.769	9,32	169	153	300,00
52	Serra Geral	Ibassucê	383,5	9.867	25,73	345	291	214,00
53	Litoral Sul	Ibicaraí	218,7	29.882	136,63	92	68	203,00
54	Chapada Diamantina	Ibicoara	980,8	9.480	9,67	212	110	229,00
55	Sudoeste	Ibicuí	1.167,5	15.279	13,09	75	56	134,00
56	Chapada Diamantina	Ibipitanga	948,9	13.609	14,34	268	174	216,00
57	Litoral Sul	Ibirapitanga	472,0	23.131	49,01	176	241	328,00
58	Extremo Sul	Ibirapoã	6.612	-----	8,38	137	170	470,00
59	Litoral Sul	Ibirataia	227,0	28.691	126,39	99	85	224,00
60	Chapada Diamantina	Ibitiara	1.755,6	14.231	8,11	354	374	458,00
61	Serra Geral	Igaporã	775,0	15.305	19,75	199	232	282,00
62	Litoral Sul	Igrapiúna	509,8	13.704	26,88	393	132	387,00
63	Sudoeste	Iguaí	836,4	20.472	24,48	115	94	118,00
64	Litoral Sul	ILHÉUS	1.847,7	254.970	137,99	15	6	273,00
65	Litoral Sul	Ipiaú	287,7	39.946	138,85	37	41	208,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 06

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
66	Sudoeste	Irajuba	384,8	6.886	17,90	368	368	227,00
67	Chapada Diamantina	Iramaia	1.955,7	18.462	9,44	246	262	265,00
68	Extremo Sul	Itabela	857,6	30.229	35,25	68	78	271,00
69	Litoral Sul	Itabuna	444,8	182.148	409,51	6	10	243,00
70	Litoral Sul	Itacaré	732,9	15.161	20,69	165	152	350,00
71	Paraguaçu	Itaetê	1.198,7	14.558	12,14	285	329	304,00
72	Litoral Sul	Itagi	304,6	15.710	51,58	170	169	208,00
73	Litoral Sul	Itagibá	813,3	14.314	17,60	138	107	170,00
74	Extremo Sul	Itagimirim	820,3	6.148	7,49	156	275	279,00
75	Litoral Sul	Itaju do Colônia	1.221,8	7.932	6,49	153	213	197,00
76	Litoral Sul	Itajuípe	297,0	27.170	91,48	80	57	263,00
77	Extremo Sul	Itamaraju	2.377,7	61.739	25,97	35	31	335,00
78	Litoral Sul	Itamari	132,0	7.070	53,56	172	306	303,00
79	Sudoeste	Itambé	1.631,4	33.110	20,30	148	101	57,00
80	Extremo Sul	Itanhém	1.449,8	22.887	15,75	112	120	496,00
81	Litoral Sul	Itapé	444,8	13.030	29,29	195	208	224,00
82	Extremo Sul	Itapebi	975,2	11.366	11,66	107	139	185,00
83	Sudoeste	Itapetinga	1.615,4	54.787	33,92	36	29	100,0
84	Litoral Sul	Itapitanga	412,0	10.219	24,80	190	321	317,00
85	Sudoeste	Itaquara	298,0	7.437	24,96	178	294	218,00
86	Sudoeste	Itarantin	1.789,8	14.448	8,07	125	155	191,00
87	Sudoeste	Itiruçu	304,1	14.269	46,92	141	260	585,00
88	Sudoeste	Itororó	331,9	17.261	52,01	70	113	131,00
89	Serra Geral	Ituaçu	1.220,6	20.963	17,17	256	218	152,00
90	Litoral Sul	Ituberá	424,2	20.815	49,07	43	70	397,00
91	Médio São Francisco	Iuiú	1.099,5	11.639	10,59	187	217	384,00
92	Serra Geral	Jacaraci	1.246,4	13.439	10,78	314	280	231,00
93	Sudoeste	Jaguaquara	964,0	43.258	44,87	55	53	197,00
94	Sudoeste	Jequié	3.046,7	179.128	58,79	27	15	153,00
95	Litoral Sul	Jitaúna	334,1	15.799	47,29	58	25	182,00
96	Extremo Sul	Jucuruçu	1.443,2	10.912	7,56	396	199	455,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 06

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
97	Litoral Sul	Jussari	358,0	8.637	24,13	140	180	307,00
98	Chapada Diamantina	Jussiape	525,4	12.375	23,55	375	365	265,00
99	Sudoeste	Lafayette Coutinho	353,9	4.316	12,20	372	219	191,00
100	Sudoeste	Lagedo do Tabocal	425,3	9.954	23,40	382	371	575,00
101	Serra Geral	Lagoa Real	1.003,2	12.327	12,29	404	319	348,00
102	Extremo Sul	Lagedão	615,8	3.721	6,04	116	231	506,00
103	Serra Geral	Licínio de Almeida	788,3	11.959	15,17	122	183	281
104	Serra Geral	Livramento de Nossa Senhora	2.275,5	35.337	15,53	103	80	193,00
105	Sudoeste	Macarani	1.376,5	19.333	14,05	299	367	147,00
106	Chapada Diamantina	Macaúbas	3.050,8	43.188	14,16	240	123	341,00
107	Serra Geral	Maetinga	369,7	12.654	34,23	395	408	137,00
108	Sudoeste	Maiquinique	415,3	6.481	15,61	208	338	154,00
109	Serra Geral	Malhada de Pedras	481,1	7.825	16,26	316	334	170,00
110	Sudoeste	Manoel Vitorino	2.408,9	14.047	5,83	289	204	114,00
111	Sudoeste	Maracás	2.444,3	33.859	13,85	184	97	246,00
112	Litoral Sul	Maraú	777,3	18.004	23,16	298	173	365,00
113	Paraguaçu	Marcionílio Souza	1.166,6	13.273	11,38	366	265	335,00
114	Litoral Sul	Mascote	711,7	15.215	21,38	100	146	359,00
115	Médio São Francisco	Matina	793,2	10.699	13,49	409	390	79,00
116	Extremo Sul	Medeiros Neto	1.250,0	24.879	19,90	52	61	463,00
117	Sudoeste	Mirante	931,3	11.774	12,64	407	318	137,00
118	Serra Geral	Mortugaba	672,9	12.408	18,44	243	261	201,00
119	Chapada Diamantina	Mucugê	2.491,8	14.648	8,88	242	175	316,00
120	Extremo Sul	Mucuri	1.779,7	26.177	14,71	13	14	509,00
121	Litoral Sul	Nilo Peçanha	386,8	18.865	48,77	301	266	416,00
122	Sudoeste	Nova Canaã	568,6	13.953	24,54	129	116	111,00
123	Litoral Sul	Nova Ibiá	181,4	14.038	77,39	388	284	293,00
124	Recôncavo Sul	Nova Itarana	458,0	6.412	14,00	252	397	336,00
125	Extremo Sul	Nova Viçosa	1.330,4	28.398	21,35	45	47	511,00
126	Chapada Diamantina	Novo Horizonte	614,8	12.308	20,02	413	401	485,00
127	Serra Geral	Palmas de Monte Alto	2.787,6	20.795	7,46	284	189	325,00
128	Chapada Diamantina	Paramirim	1.119,9	27.427	24,49	204	233	266,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 06

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
129	Litoral Sul	Pau Brasil	611,7	12.560	20,53	126	136	285,00
130	Chapada Diamantina	Piatã	1.513,8	17.766	11,74	351	366	344,00
131	Serra Geral	Pindaí	718,1	13.473	18,76	287	285	384,00
132	Litoral Sul	Piraí do Norte	228,5	20.183	88,33	411	325	509,0
133	Serra Geral	Piripá	653,4	16.455	25,18	363	372	112,00
134	Sudoeste	Planaltino	941,7	6.838	7,26	288	268	308,00
135	Sudoeste	Planalto	917,2	23.841	25,99	182	66	46,00
136	Sudoeste	Poções	966,3	40.929	42,36	76	69	66,00
137	Extremo Sul	Porto Seguro	2.416,6	72.986	30,20	28	22	305,00
138	Sudoeste	Potiraguá	992,9	16.472	16,59	253	279	177,00
139	Extremo Sul	Prado	1.670,1	25.069	15,01	40	49	385,00
140	Serra Geral	Presidente Jânio Quadros	1.332,2	19.367	14,54	398	388	112,00
141	Médio São Francisco	Riacho de Santana	2.708,8	29.848	11,02	249	198	120,00
142	Sudoeste	Ribeirão do Largo	1.226,4	15.490	12,63	403	302	207,00
143	Chapada Diamantina	Rio de Contas	1.056,00	12.019	11,38	188	257	216,00
144	Serra Geral	Rio do Antônio	990,6	14.314	14,45	376	224	200,00
145	Chapada Diamantina	Rio do Pires	892,8	9.574	10,72	235	273	312,00
146	Extremo Sul	Santa Cruz Cabrália	250,9	19.557	77,95	84	83	327,00
147	Litoral Sul	Santa Cruz da Vitória	1.556,5	7.329	4,71	232	289	173,00
148	Sudoeste	Santa Inês	357,6	11.206	31,34	131	281	240,00
149	Litoral Sul	Santa Luzia	788,1	16.129	20,47	282	211	371,00
150	Litoral Sul	São José da Vitória	53,6	5.986	111,68	121	385	281,00
151	Serra Geral	Sebastião Laranjeiras	2.011,4	7.255	3,61	177	239	449,00
152	Serra Geral	Tanhaçu	1.346,7	22.869	16,98	280	345	127,00
153	Chapada Diamantina	Tanque Novo	829,0	15.962	19,25	205	233	322,00
154	Extremo Sul	Teixeira de Freitas	1.157,4	108.441	93,69	24	18	401,00
155	Litoral Sul	Teolândia	289,3	10.704	37,00	211	230	291,00
156	Sudoeste	Tremedal	1.641,1	26.921	16,40	380	360	71,00
157	Litoral Sul	Ubaitaba	222,6	23.807	106,95	54	81	306,00
158	Litoral Sul	Ubatã	334,2	23.548	70,48	162	234	236,00
159	Litoral Sul	Una	1.163,5	34.960	30,05	86	38	347,00
160	Serra Geral	Urandi	899,4	18.057	20,08	93	179	313,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 06

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
161	Litoral Sul	Uruçuca	338,9	21.991	64,89	105	100	276,00
162	Extremo Sul	Vereda	831,6	6.423	7,72	361	315	493,00
163	Sudoeste	VITÓRIA DA CONQUISTA	3.216,0	253.587	78,85	10	13	-----
164	Litoral Sul	Wenceslau Guimarães	664,2	25.003	37,64	194	140	390,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

4.5.4 Configuração da Universidade “D” Segundo Fatores Geo-Político-Econômico-Social – Quadro n.º 07

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
01	Oeste	Angical	1.497,5	13.033	8,70	215	215	41,00
02	Oeste	Baianópolis	3.428,7	11.352	3,31	201	193	40,00
03	Médio São Francisco	Barra	12.348,4	40.460	3,28	239	239	404,00
04	Oeste	BARREIRAS	11.979,5	127.801	10,67	7	7	-----
05	Médio São Francisco	Bom Jesus da Lapa	4.148,5	54.579	13,16	72	60	343,00
06	Médio São Francisco	Brejolândia	2.629,0	8.436	3,21	217	188	209,00
07	Médio São Francisco	Buritirama	3.813,5	17.264	4,53	370	316	240,00
08	Baixo Médio São Francisco	Campo Alegre de Lourdes	2.766,3	25.109	9,08	384	384	1.437,00
09	Oeste	Canápolis	466,1	10.259	22,01	254	254	304,00
10	Médio São Francisco	Carinhanha	2.762,2	26.411	9,56	251	251	479,00
11	Baixo Médio São Francisco	Casa Nova	9.697,4	50.806	5,24	154	154	1.173,00
12	Oeste	Catolândia	623,1	2.742	4,40	357	357	33,00
13	Oeste	Côcos	10.121,2	17.720	1,75	237	237	450,00
14	Oeste	Coribe	2.688,5	17.573	6,54	248	248	404,00
15	Oeste	Correntina	11.636,4	30.871	2,65	124	124	390,00
16	Oeste	Cotegipe	4.162,0	12.244	2,94	250	250	108,00
17	Oeste	Cristópolis	884,2	13.001	14,70	221	221	70,00
18	Médio São Francisco	Feira da Mata	161,8	6.511	3,92	391	391	541,00
19	Oeste	Formosa do Rio Preto	16.514,3	16.638	1,01	65	65	155,00
20	Médio São Francisco	Ibotirama	1.396,6	24.764	17,73	83	187	110,00
21	Oeste	Jaborandi	10.066,2	8.969	0,89	348	348	389,00
22	Baixo Médio São Francisco	Juazeiro	6.415,4	201.073	31,34	16	16	1.104,00
23	Oeste	Luís Eduardo Magalhães	5.969,4	40.326	7,19	49	231	102,00
24	Médio São Francisco	Malhada	1.972,9	14.798	7,50	203	212	670,00
25	Oeste	Mansidão	3.155,5	11.236	3,58	291	291	198,00
26	Médio São Francisco	Morpará	1.738,8	9.343	5,37	360	414	792,00
27	Médio São Francisco	Muquém do São Francisco	2.878,7	10.617	3,69	401	401	855,00
28	Médio São Francisco	Paratinga	2.825,0	23.916	8,47	277	254	270,00
29	Baixo Médio São Francisco	Pilão Arcado	11.761,7	31.097	2,64	343	343	1.386,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

Continuação do Quadro n.º 07

N.º de Ordem	Região	Município	Área Km ²	População	Densidade Demográfica	IDE/IDS	PIB Municipal	Distância p/ Pólo Universitário Km
30	Baixo Médio São Francisco	Remanso	4.712,6	33.714	7,15	117	117	1.316,00
31	Oeste	Riachão das Neves	5.865,2	21.991	3,75	102	102	55,00
32	Oeste	Santa Maria da Vitória	1.898,0	42.482	22,39	121	121	334,00
33	Oeste	Santa Rita de Cássia	6.094,6	22.661	3,72	236	236	160,00
34	Oeste	Santana	2.006,9	21.991	10,98	63	63	279,00
35	Oeste	São Desidério	14.876,1	18.542	1,25	82	82	28,00
36	Oeste	São Félix do Coribe	849,3	12.731	14,99	371	371	336,00
37	Baixo Médio São Francisco	Sento Sé	12.629,5	31.685	2,51	158	125	1.290,00
38	Médio São Francisco	Serra do Ramalho	2.678,3	28.048	10,47	207	207	363,00
39	Oeste	Serra Dourada	1.447,4	19.483	13,48	230	230	237,00
40	Médio São Francisco	Sítio do Mato	1.716,4	9.787	5,70	347	287	365,00
41	Baixo Médio São Francisco	Sobradinho	1.328,4	20.735	15,61	166	166	1.169,00
42	Oeste	taboca do brejo velho	1.556,5	12.170	7,82	255	255	239,00
43	Oeste	Wanderley	3.055,3	13.137	4,30	216	216	166,00
44	Irecê	Xique-xique	5.987,5	41.168	6,88	85	114	668,00

Fonte: Levantamento efetuado pelo autor junto à SEI e AGERBA, em dezembro de 2000

Obs.: Em negrito, os Municípios onde estão situados Departamentos de Universidades Estaduais, e em negrito e maiúscula, as sedes dos pólos universitários.

CONCLUSÃO

Nesta proposta concebeu-se o modelo *multicampi* como o ideal para a reorganização geo-universitária do Estado da Bahia. Trata-se de um modelo universitário peculiar, quando comparado ao de universidades formadas por um só *campus*, ou universidades que, com mais de um *campus*, encontram-se sediadas num mesmo município. Nesta proposição, as universidades *multicampi* foram caracterizadas como aquelas que apresentam grande cobertura territorial mediante sua presença em um significativo número de municípios.

Apesar da história da Universidade *multicampi* no Brasil ser ainda muito recente, têm-se obtido resultados positivos, que apontam como uma alternativa na adoção de modelo universitário projetado para expansão da oferta de serviços e do raio de atuação.

A falta de estudos, em grande escala, nas áreas que pudessem abranger a instituição *multicampi* em seu conjunto, constituiu num desafio substantivo para o desenvolvimento desta proposta. Isto fez recorrer-se a uma gama de referências teóricas e documentais, em especial as de FIALHO (2000), no sentido de reunir elementos para a configuração que se apresenta. É claro que a experiência do autor como partícipe de uma realidade multicampista e os estudos comparativos de modelos diferenciados de Instituições de Ensino Superior, no próprio Estado, por si constituem-se em pistas para inferências.

A presente reorganização altera a espacialização das IES, distribuindo o território baiano em quatro pólos universitários, levando em consideração fatores geográficos, populacionais, sócio-econômicos, educacionais e culturais. Pela extensão do Estado e múltiplas diferenças regionais, talvez fosse necessário dividir a Bahia em seis regiões geo-universitárias. Todavia a proposta procurou combinar delimitação espacial com otimização de recursos, numa perspectiva exequível para o tesouro estadual, de forma a propiciar condições para a implantação e implementação de política expansionista da educação superior, sem necessariamente criar novas universidades, o que implicaria em demanda expressiva de investimento e custeio.

Dentre as vantagens do modelo, destaca-se a possibilidade de ampliar-se a oferta dos serviços universitários, criando Centro ou Instituto em localidade ainda não atendida, opção menos onerosa e que permite diversificar essa oferta em vários campos do saber, de acordo com as peculiaridades da comunidade, não implicando na instalação de Departamento para cada área do conhecimento.

Urge, porém, ressaltar que a alternativa *multicampi* não se restringe à noção do tipo – “a diferença de outras universidades é que essa possui dois, três ... quinze, vinte *campi*... situados em” ... – como se o indicador diferencial **quantidade ou localização** fosse suficiente para caracterizar uma estrutura organizacional que se reparte em múltiplas formas e, conseqüentemente, influi, de certa maneira, sobre o próprio espaço que irá ocupar e sobre a missão que, como academia, deverá desenvolver. Pelo contrário, o que a distingue é o seu direto envolvimento com a ocupação do território regional e urbano; a inter-relação com realidades históricas, sociais, econômicas, etc., constitutivas, inclusive, do contexto onde se encontra instalada; das possibilidades de atuação sobre essas realidades e a modificação dos cenários sociais e históricos; das limitações ao exercício de suas ações, porque condicionada, também, pelos próprios níveis de desenvolvimento sócio-econômico das bases físico-locacionais.

O sistema binário proposto para o modelo *multicampi*, reduzindo-o às instâncias Reitoria e Diretoria (Centro ou Instituto), está mais consentâneo com as características multicampistas, que requerem celeridade nos processos decisório e de comunicação. Os Centros ou Institutos, base universitária desta proposta, favorecem a pluralidade do conhecimento, dispensando as “fatias de saber”, compartimentadas sob a forma de Departamentos, sem prejuízo da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade. Com o auxílio de “Grupos Temáticos”, os Centros ou Institutos poderão desenvolver seu papel acadêmico na horizontalidade e verticalidade que a produção e difusão do saber impõem.

A soma de elementos físicos, organizacionais, acadêmicos e espaciais, específicos da *multicampia* não se afinam com estrutura burocrática, na qual se privilegia as dimensões linear e mecanicista, habitualmente adotadas na grande maioria das organizações universitárias. O enfoque sistêmico da Administração propicia a visualização de categorias muito próprias da instituição *multicampi*, gravitando-as numa configuração interdependente e sistêmica.

A modalidade de universidade *multicampi* torna-se potente pela diversidade de *campus* em contato com tantas realidades distintas, interagindo e reagindo aos níveis e às condições de desenvolvimento regional e local. Sua delimitação geográfica é determinada pelas forças que definem a apropriação do território. Sua presença naquele lugar reordena o uso daquele espaço. Como *locus* da produção do saber, sua simples existência organiza, de certa forma, a própria força do trabalho. Segundo FIALHO, (2000:166) a universidade *multicampi* “é um ser institucional encarregado de pensar muitos fenômenos, entre eles o próprio processo que a constituiu como universidade *multicampi*, ou seja, o processo da

reprodução social que tanto lhe deu origem e condiciona seu desempenho e atuação como todos os demais fenômenos à sua volta, potencializados pela abrangente competência para, em resumo, lidar com fatos do conhecimento, da história e da ciência”(op. cit.:333).

Saliente-se, também, que a universidade *multicampi* como alternativa organizacional, favorecerá a sustentabilidade dos municípios, e conseqüentemente, de toda a região, contribuindo para a solução dos problemas sócio-econômicos, elevando o nível da qualidade de vida da população.

Enfatize-se, porém, que a proposta decorre de uma investigação científica. É, sobretudo, resultado de um trabalho acadêmico, objetivando o título de doutor. Para torná-la exeqüível, implantá-la, dependerá, dentre outros fatores: decisão do autor quanto à ampla discussão da comunidade das quatro universidades, após defesa de tese e sua aprovação; decisão política do governo para reorganizá-las nos termos propostos; carta-consulta ao Conselho Estadual de Educação contendo a “nova” configuração, denominação, estrutura organizacional, projeto institucional, projeto pedagógico, acervo bibliográfico, parque laboratorial, quadros docente e de pessoal técnico-administrativo, relação de cursos, linhas de pesquisa e extensão; infraestrutura física; envio de projeto de lei à Assembléia Legislativa, alterando as IES e criando os pólos universitários.

Frise-se, finalmente, que a maior contribuição desta proposta, enquanto criatividade e originalidade científica, está na possibilidade da democratização das oportunidades de acesso à educação superior, principalmente àqueles residentes no interior do Estado, na medida em que: cria os pólos universitários, delimitando área de abrangência, envolvendo todos os quatrocentos e dezessete municípios da Bahia, eliminando as distorções geográficas; modifica a estrutura organizacional, tornando as IES mais flexíveis e consentâneas com a realidade e necessidade da demanda educacional; propicia a expansão do ensino, pesquisa e extensão aos municípios ainda não contemplados com a educação superior porque, como *multicampi*, as universidades possuem estrutura acadêmica, administrativa, jurídica e patrimonial em cada sede de pólo, bastando sua ramificação nas localidades em que a demanda social justificá-la, aliada à política governamental e disponibilidade financeira do tesouro estadual. Essa é uma alternativa que viabiliza a oferta de serviços públicos essenciais, notadamente a educação com otimização de recursos.

APÊNDICE

- I - Mapa Geo-Político-Econômico-Universitário do Estado da Bahia - Proposto

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br

ANEXOS

I - Mapa Geo-Político-Econômico-Universitário das Universidades Estaduais da Bahia – “Atual” - Figura n.º 11



II - Mapa Geo-Político-Econômico-Universitário das Universidades Estaduais da Bahia - Atual, incluindo o Programa Rede UNEB-2000, situação atual - Figura n.º 12



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Antônio. **Avaliação institucional da universidade**. São Paulo: Cortez, 1992.
- BAHIA. Secretaria da Administração. **Tecnologia Pública Gerencial**. Salvador: SAEB, 1997.
- _____. Secretaria da Educação – SEC. Coordenação de Ensino Superior – CES. In: 1º Congresso de Pesquisa das Universidades Estaduais da Bahia: 1 : 1997. **Anais**. Salvador, 1997. [em disquete].
- _____. **As Universidades Estaduais da Bahia: II**. Salvador: SEC/CES, 1998.
- _____. **As Universidades Estaduais da Bahia: I**. Salvador: SEC/CES, 1997.
- _____. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Crescimento populacional 1980-1998**. Salvador: SEI, 1998. (Série estudos e pesquisas; 39).
- _____. **Classificação dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 1998.
- _____. **Novos mundos rurais baianos**. Salvador: SEI, 1997. (Série estudos e pesquisas; 35).
- _____. **Bahia: desenvolvimento recente – resumo executivo**. Salvador: SEI, dez. , 1996. (Série estudos e pesquisas; 31)
- _____. **Indicadores sociais: a Bahia na década de 90**. Salvador: SEI, 1996. (Série estudos e pesquisas; 27)
- _____. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. **Avaliação institucional - 2º relatório**. Salvador: EDUNEB, 2000.
- _____. **Relatório gestor da Pró-Reitoria de Administração – PROAD: julho de 1998 a agosto de 2000**. Salvador: EUNEB, jul., 2000.
- _____. **Plano plurianual: inovações e impactos na gestão universitária – 2000 a 2003**. Salvador: EDUNEB, 1999.
- _____. **Relatório de atividades – 1999**. Salvador: EDUNEB, 1999.

- _____. **Avaliação institucional – 1º relatório.** Salvador: EDUNEB, 1999.
- _____. **Relatório de atividades – 1998.** Salvador: EDUNEB, 1998.
- _____. **Projeto de educação para o desenvolvimento sustentável – PRODESU.** Salvador: EDUNEB, ago., 1998.
- _____. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. **Relatório de Atividades – 1998.** Feira de Santana-Ba, 1998.
- _____. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. **Programa de gestão 1999-2003.** Vitória da Conquista-Ba: EDUESB, 1999.
- _____. **Relatório geral de atividades.** Vitória da Conquista-Ba, 1998.
- _____. **Relatório de atividades.** Ilhéus-Ba, 1998.
- BIO, S. R. **Sistema de informação: um enfoque gerencial.** São Paulo: Atlas, 1999.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Universidade e multiversidade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.
- BRASIL Presidência da República. **Plano plurianual 2000-2003/ orçamentos da União 2000.** Brasília: PR-BA, 1999.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável de regiões prioritárias.** (proposta para discussão no IICA/Ministério do Planejamento e Orçamernto). Brasília: 1995. mimeo.
- CARLOS, Ana Fani Allesandri. **A cidade: repensando a geografia.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de janeiro, v. 36, n. 1, p. 3-32, jan./mar., 1974.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- CURY, C. R. J. Política de Pós-Graduação em Educação e Pesquisa em Educação In: **CADERNOS DA ANPED,** Niteroi, n. 45, nov./1992.

- FERGUSON, M. *Les enfants du verseau*. São Paulo:Coimbra, 1993
- FIALHO, Nádia Hage. **Universidade multicampi: modalidade organizacional, espacialidade e funcionamento**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador: UFBA, 2000.
- LEITÃO, Sérgio Proença. A questão organizacional na universidade: as contribuições de Etizioni e Rice. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 1, p.3-26, 1967.
- LIMA, Lauro Oliveira. **Currículo interdisciplinar**. Rio de Janeiro: Contrix, 1994.
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Administração de projetos**. São Paulo: Atlas, 1997.
- MOTTA, Fernando C. Prestes. **Teoria geral da administração. uma introdução**. 22 ed. Amp. São Paulo: Pioneira, 1998.
- OCDE. *Rédefinir l' enseignement tertiaire*. Paris: OCDE, 1998.
- OLIVEIRA, Sidney Nilton. Algumas críticas à gestão da qualidade na Educação In: **Revista da FAEBA**. Salvador: EDUNEB, n. 09, jan/jun, 1999.
- OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- PROSERPIO, Renata. A nova distribuição regional da riqueza. **Bahia Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 7, n. 3, p. 7-13, dez., 1997.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágios do curso de Administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ROMÃO, Maurício Costa. Desenvolvimento humano e reações equivocadas no nordeste. In: **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n. 30, nov., 1996.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. O *campus* universitário no Brasil: arquitetura, aspectos ideológicos. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SANTOS, Luiz Carlos dos. **Retorno Social de Investimento em Educação Superior: a experiência do Estado da Bahia com a atividade universitária**. Tese em exame (Doutorado em Ciências Empresariais) – *Universidad del Museo Social Argentino*. Buenos Aires: UMSA, v. I, 2001.

SANTOS, Milton et al. (orgs.) **O novo mapa do mundo: fim de século⁹⁴e globalização**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1977.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da Educação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

UNESCO/CRUB. Tendências da educação superior para o século XXI. **Conferência Mundial do Ensino Superior – Anais** – tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves; ilustração de Edson Fogaça. Paris: UNESCO/CRUB, 1998.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
www.lcsantos.pro.br